



# Anais da Assembléia

Nº 156

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE NOVEMBRO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(\*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 108.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 1993

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Doutor Rosinha e Luiz Antonio Setti (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 075/93

Curitiba, 04 de novembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Nos termos do preceito contido no art. 64, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciada por esse egrégio Poder Legislativo, a presente proposta de Emenda Constitucional que visa acrescentar parágrafo ao art. 27, daquela Carta.

O art. 27, da vigente Constituição Estadual, promulgada em data de 5 de outubro de 1989, contém os mandamentos definidores da ação da administração pública de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, estabelecendo como princípios básicos da atividade pública, a legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade e, também, definindo e impondo a observância de outros princípios. Entre estes, o inciso II, do referido art. 27, preceitua que "a investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, respeitada a ordem de classificação, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração". A transcrita norma constitucional imperativa é clara e de cunho indiscutivelmente moral e necessário, descabendo, portanto, qualquer reparo ao seu texto, mesmo porque é reprodução de dispositivo da Magna Carta da Nação (art. 37, inciso II). Entretanto, entendo cabível e indispensável que a norma constitucional deverá ser complementada no citado art. 27, com vistas a democratizar os concursos públicos, ensejando iguais oportunidades a todos, sem nenhuma possibilidade de haver qualquer tipo de discriminação ou de influência que possa gerar injustiças ou dúvidas nos resultados de tais concursos. É que, via de regra, nos concursos realizados para provimento de cargos públicos, mormente para os da Magistratura e do Ministério Público, vêm sendo adotadas as chamadas "provas orais".

A solução que proponho é de que essa augusta Casa aprove e promulgue Emenda do seguinte teor, acrescentando ao art. 27, da Constituição Estadual, o abaixo parágrafo 11:

"Artigo único - O artigo 27, fica acrescido do § 11, com a seguinte redação:  
§ 11 - Nos concursos públicos para preenchimento de cargos dos Três Poderes, inclusive da Magistratura e do Ministério Público, não haverá prova oral de caráter eliminatório ou classificatório, ressalvada a prova didática para cargos do magistério."

A preocupação na busca de solução para regularizar a situação ora retratada, não é verificada apenas no Paraná, pois noticiava-se sua existência em outras áreas da administração pública, assertiva esta que poder-se-á confirmar pela leitura de comentários da lavra do Subprocurador-Geral da República, João Henrique Serra Azul, publicados na página "Direito e Justiça", do Correio Brasiliense de 25 de outubro de 1993, onde, entre tantas outras considerações, destacam-se:

"Veja-se, por exemplo, o art. 37, 'caput', onde se inserem os princípios que a

administração pública deve obedecer: os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade. Ora, a prova oral, tal como é feita nos concursos jurídicos, para o Ministério Público e para a Magistratura, é uma porta aberta para o arbítrio, para o nepotismo, para o preconceito ou mesmo para a perseguição pessoal ou política.

A prova oral colhida nesses concursos públicos é irrecorrível. A nota não é dada de público, na hora da prestação do exame, mas posteriormente, em sessão secreta, onde a Comissão escolhe quem deve passar. A prova não é grave, para possibilitar sua documentação, com cópia fonográfica para o candidato. Há possibilidade teórica de serem feitas perguntas de bolso para beneficiar ou prejudicar o candidato. Muitas vezes essa prova oral é feita antes ou depois de uma entrevista a portas fechadas com o candidato, que ali é escolhido a dedo. Isto depois de já ter passado, enquanto desidentificado, nas provas escritas, às vezes nos melhores lugares. Nessa ocasião já passou no exame psicotécnico e nos exames médicos. A última etapa, portanto, é passar na simpatia do examinador, que aí sim, muitas vezes desvia a finalidade da prova oral, que é uma prova puramente intelectual, para dar vazão aos seus sentimentos humanos de amor e ódio, de preconceitos os mais diversos: pode não gostar da cor (branca, preta ou amarela), do candidato, da sua idade (velho ou moço), do sexo (feminino ou masculino), da raça, da filiação (é filho de amigo ou inimigo), da origem (sulista ou nordestina)... Com isto, lá se foi o objetivo fundamental da República Brasileira, inserto no art. 3º da Lei Maior.

"Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - Prover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". Diz, ainda o Subprocurador-Geral:

"...A prova oral é uma aberração que permite a livre violação de importantes princípios constitucionais e urge que seja modificada para não ter poder eliminatório; no máximo pode ser classificatória, ainda permitindo a manipulação de vagas, o nepotismo e o desvio de finalidade."

Submeto, pois, à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa a presente proposta de Emenda, contando com o apoio, aprovação e promulgação da mesma.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 076/93

Curitiba, 04 de novembro de 1993  
Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 87, inciso XIX, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a vender, mediante prévias avaliações, ações que detém da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

O Plano de Lei ora proposto consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, pois os recursos obtidos com a venda das mencionadas ações serão integralmente destinados a investimentos em sistema de geração, transmissão e distribuição de energia, fato que, indubitavelmente virá ensejar condições no sentido de que a COPEL amplie a produção de energia no Estado, com vistas a assegurar atendimento à demanda energética que o Paraná terá para garantir a permanência de seus atuais níveis de desenvolvimento econômico.

Vale ressaltar que no texto do anteprojeto de lei em referência constam dispositivos expressos de que o Estado do Paraná deterá, sempre, o mínimo de 60% (sessenta por cento) das ações ordinárias da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, mantendo-se, assim, na condição de acionista majoritário da referida Companhia. Há, também, textual determinação de que as operações de vendas das ações a que alude a medida serão lideradas pela Banestado S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, e, ainda, que ao Estado é vedado dar em garantia de empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza, ações com direito a voto de sociedades de economia mista ou de empresas públicas nas quais seja acionista majoritário. É finalmente, prevista autorização a fim de que o Poder Executivo possa promover alterações ao orçamento, caso se fizerem necessárias durante a execução da medida.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a vender, mediante prévias avaliações, ações que detém da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, considerada a composição acionária vigente em 30 de outubro de 1993, observados os seguintes limites:

- I - até a totalidade das ações sem direito a voto, emitidas em nome do Estado do Paraná;
- II - as ações ordinárias emitidas em nome do Estado do Paraná, até o limite do artigo 3º desta lei; e
- III - até a totalidade das ações com e sem direito a voto, emitidas em nome do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, administrado pelo Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO.

§ 1º - A venda a que se refere este artigo será efetivada parceladamente, em diversas operações de montantes adaptados às efetivas necessidades de recursos, para os fins previstos no art. 2º desta lei.

§ 2º - Os procedimentos de venda não serão levados a efeito se a avaliação específica, destinada a cada operação, indicar para o respectivo lote de ações, preço mínimo inferior a 90% (noventa por cento) de seu valor de patrimônio líquido para as ações preferenciais e de 100% (cem por cento) de seu valor do patrimônio líquido para as ações ordinárias.

§ 3º - As operações de venda das ações de que trata este artigo serão lideradas pela Banestado S/A Corretora de Câmbio, Título e Valores Mobiliários.

Art. 2º - Os recursos obtidos com a venda das ações de que trata esta lei serão integralmente aplicados na Companhia Paranaense de Energia - COPEL, destinados a investimentos em sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia.

§ 1º - Os recursos citados no "caput" deste artigo serão contabilizados em conta específica gerida pela COPEL, denominada "Fundo de Investimentos Energéticos", até sua conversão em ações pelo Estado do Paraná em futuras subscrições e integralização de capital da COPEL.

§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder no orçamento do Estado as alterações necessárias ao cumprimento do disposto no "caput" deste artigo.

Art. 3º - O Estado do Paraná deterá sempre no mínimo 60% (sessenta por cento) do total das ações ordinárias da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Art. 4º - É vedado ao Estado do Paraná dar em garantia de operações de empréstimo ou financiamento de qualquer natureza, ações com direito ao voto de sociedades de economia mista ou empresas públicas nas quais seja acionista majoritário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 077/93

Curitiba, 04 de novembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa., para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 5º, da Lei nº 7.567, de 8 de janeiro de 1982, alterado pelo art. 1º, da Lei nº 7.666, de 3 de novembro do mesmo ano, que trata da composição do CONPREVI - Conselho de Previdência Complementar, órgão colegiado ligado à Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário, assim como adotar outras providências em relação ao mencionado Conselho.

A medida ora proposta decorre de expediente a mim encaminhado pelo Secretário de Estado da Administração e é feita no sentido de transferir ao Chefe do Poder Judiciário, onde entendo ficará mais adequadamente situada, a competência para nomeação do Presidente do referido Conselho, retirando-a do Governador do Estado, conforme atualmente estabelece o dispositivo legal cuja alteração se pretende.

A anexa cópia autêntica da justificativa apresentada pelo Titular da Secretaria de Estado da Administração no protocolado sob nº 1.625.930-6/93, contém outros esclarecimentos demonstradores da necessidade e oportunidade da medida constante da proposição ora formulada.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O artigo 5º, da Lei nº 7.567, de 8 de janeiro de 1982, e seu parágrafo único, alterados pela Lei nº 7.666, de 3 de novembro de 1982, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - O Conselho de Previdência Complementar - CONPREVI, cujos membros terão mandato de dois anos, será constituído por um (1) Presidente, seis (6) Conselheiros efetivos e dois (2) Suplentes, os quais serão nomeados pelo Chefe do Poder Judiciário, cabendo ao Tribunal de Justiça do Estado a indicação de um (1) Conselheiro efetivo e um (1) Suplente, ao Instituto de Previdência do Estado a indicação de um (1) Conselheiro efetivo e um (1) Suplente e ao CONPREVI - Conselho de Previdência Complementar a indicação de cinco (5) serventuários indicados, ativos ou inativos, os três primeiros formam a lista tríplice para concorrer à Presidência.

Parágrafo Único - Para ser mantida a

renovação de um terço, será permitida a recondução de Conselheiros por mais de um mandato."

Art. 2º - Ficam revogados o artigo 6º e seu parágrafo único, da Lei nº 7.567, de 8 de janeiro de 1982.

Art. 3º - O inciso I, do art. 10, da Lei nº 7.567 de 08.01.82, alterado pela Lei nº 9.308, de 27.07.90, passa a vigorar com a seguinte redação, revogados os incisos II e III:

"I - Pelos recursos oriundos da dedução de 4% (quatro por cento), 5% (cinco por cento) e 6% (seis por cento) das custas devidas pelos atos praticados e registrados conforme o Regimento de Custas em vigor, nas serventias do foro judicial e extra-judicial, das Comarcas de Entrância Inicial, Intermediária e Final, respectivamente."

Parágrafo Único - O art. 10, da Lei nº 7.567, de 08.01.82, fica acrescido de parágrafo com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Ficam isentos de recolhimento à Carteira: As Varas Criminais; Infância e Juventude; Oficiais de Justiça; assim como os itens das Tabelas XIX, XX e XXI do Regimento de Custas."

Art. 4º - O art. 13, da Lei nº 7.567, de 08.01.82, revogados seus atuais parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, passa a ter um único parágrafo e a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13 - Os recolhimentos efetuados fora do prazo estão sujeitos à multa moratória de 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) e 30% (trinta por cento), se feitos após 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias, respectivamente, das datas estipuladas nesta lei, além de juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária calculada com base no índice de reajustamento adotado pelo Governo.

Parágrafo Único - Ultrapassado o prazo de 90 (noventa) dias, sem que tenha sido feito o recolhimento devido, após denúncia do CONPREVI, o responsável em exercício pela Serventia sofrerá pena disciplinar a critério do Corregedor da Justiça, com duração até a apresentação de certidão negativa de débitos ou de regularidade para com a Carteira."

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### JUSTIFICATIVA:

a) Tendo o Senhor Governador decidido que a nomeação do Conselho de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário deverá ser de competência do Chefe do Poder Judiciário, foi o mesmo consul-

tado pelo CONPREVI e concordou com a proposição na forma da minuta anexa.

b) A nova redação dada ao artigo 10 é feita em virtude da grande defasagem sofrida pela substituição dos 5% (cinco por cento) originais, por valores fixos. Como a Carteira trabalha sobre o regime de distribuição, atualmente está podendo distribuir apenas 10% (dez por cento) do que efetuava na ocasião em que vigorou os 5% (cinco por cento). As aposentadorias representam hoje 40% (quarenta por cento) do que deveria ser.

c) O artigo 13 é alterado com o objetivo de aumentar os juros moratórios de 0,5% para 1% ao mês e seu parágrafo único para que a Carteira possa agir com maior rigidez contra os sonegadores, que hoje chegam a 40%.

À Diretoria Legislativa.

#### Ofícios:

##### OFÍCIOS

Sob os nºs DTL/SAT/349 a 359/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

588/93: Do Poder Executivo, que dispõe que o pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior, fica subordinado aos dispositivos da Lei nº 9.887/91 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.509. **Anote-se. Arquivo-se.**

510/93: Do Poder Executivo, que cria na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 477 cargos de provimento efetivo conforme discrimina, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.510. **Anote-se. Arquivo-se.**

511/93: Do Poder Executivo, que cria na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 146 cargos de provimento efetivo conforme discrimina, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.511. **Anote-se. Arquivo-se.**

571/93: Do Poder Executivo, que autoriza a doação do imóvel que especifica, ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.512. **Anote-se. Arquivo-se.**

181/93: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CRS 22.041.524,00 à FASPAR, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 10.513. **Anote-se. Arquivo-se.**

613/93: Do Poder Executivo, que reajusta em 30%, a partir de 1º de outubro de 1993, os vencimentos dos servidores públicos civis e militares do Estado, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.514. **Anote-se. Arquivo-se.**

586/93: Do Tribunal de Contas, que

reajusta, conforme especifica, a partir de 1º de setembro de 1993, os vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 10.515. Anote-se. Arquite-se.

585/93: Do Tribunal de Contas, que reajusta em 20%, a partir de 1º de setembro de 1993, os vencimentos do Procurador Geral, dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e dos Auditores, o qual convertido em lei tomou o nº 10.516. Anote-se. Arquite-se.

618/93: Do Tribunal de Contas, que reajusta em 30%, a partir de 1º de outubro de 1993, os vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.517. Anote-se. Arquite-se.

617/93: Do Tribunal de Contas, que reajusta em 30%, a partir de 1º de outubro de 1993, os vencimentos do Procurador Geral, dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e dos Auditores, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.518. Anote-se. Arquite-se.

485/93: De autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Santo Antônio do Sudoeste - Pr., o qual convertido em Lei tomou o nº 10.519. Anote-se. Arquite-se.

Ofício:

OFÍCIO S/N

Senhor Presidente.

Tem a presente a finalidade de informar a Vossa Excelência, que por motivos de viagem intransferível, não poderei comparecer à Sessão Plenária do dia 9 de novembro.

Certo de sua costumeira compreensão, envio meus agradecimentos e minhas cordiais saudações.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) CARLOS SIMÕES

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4337

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER Regime de Urgência do Projeto de Lei nº 639/93, Mens. 073/93, de autoria do Poder Executivo, que exige a comprovação de escolaridade mínima de 2º Grau para certos cargos e postos das Polícias Cíveis e Militares.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 4338

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 625/93, Mens. nº 70/93, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Crédito Suplementar à FUNDEPAR.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 4352

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER votação em bloco para a Proposição Veto nº 047/93, apostado ao Projeto de Lei nº 371/93, de autoria do Deputado Cezar Silvestri; Proposição de Veto nº 062/93, apostado ao Projeto de Lei nº 231/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa; Proposição Veto nº 063/93, apostado ao Projeto de Lei nº 138/93, de autoria do Deputado Toti Colaço; Proposição de Veto nº 064/93, apostado ao Projeto de Lei nº 534/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese; Proposição de Veto nº 065/93, apostado ao Projeto de Lei nº 231/92, de autoria do Deputado Ademar Traiano; Proposição de Veto nº 066/93, apostado ao Projeto de Lei nº 283/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César; Proposição de Veto nº 068/93, apostado ao Projeto de Lei nº 215/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa; Proposição de Veto nº 072/93, apostado ao Projeto de Lei nº 324/92, de autoria do Deputado Eurides Moura; e, Proposição de Veto nº 073/93, apostado ao Projeto de Lei nº 370/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 constantes na Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 4419

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento de votação da mesma Proposição n° 073/93) por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

## REQUERIMENTO N° 4335

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei n° 339/93, Mens. n° 039/93, item 10 (dez), de autoria do Poder Executivo, objetiva criar na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com locação no Departamento da Polícia Civil, 150 cargos em Comissão, com a denominação de Assistente de Segurança Pública e Simbólica, da Ordem do Dia de hoje por 2 (duas) Sessões.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 4420

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subacreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a retirada do item 01 da Ordem do Dia de 19/11/93 (veto aposto ao Projeto de Lei 371/93 de sua autoria), tendo em vista que o mesmo foi, após vetado, devolvido fora do prazo a este Poder, ou seja, ultrapassadas as 48 horas previstas no § 1° do Art. 71 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) CEZAR SILVESTRI

## REQUERIMENTO N° 4417

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de uma Sessão Solene, na cidade de Toledo para a entrega dos Títulos de Cidadão Honorário do Paraná, ao ex-Deputados Egon Pudell e Ernesto Dal'Óglio, conforme Leis n°s 9859 e 10222, a se realizar no dia 10 de dezembro de 1.993.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) DUÍLIO GENARI

## JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um pedido do povo de Toledo, que quer participar da Sessão Solene para agradecer aos Deputados desta Casa de Leis, pela significativa homenagem que o Paraná presta aos seus Líderes pioneiros.

Também a comunidade toda quer homenageá-los com sua presença, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao Município de Toledo, quer seja, como Prefeitos, Deputados e como cidadãos.

## REQUERIMENTO N° 4416

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam convocados para comparecer neste Poder Legislativo, em data e horário a ser designado, os Senhores Secretários de Estado da Fazenda, Heron Arzua e Ouvidor-Geral do Estado, Olivir Gabardo, para prestarem esclarecimentos sobre as denúncias de irregularidades no Serviço de Loterias do Paraná, recentemente veiculadas na imprensa.

Requer, outrossim, que para a mesma audiência sejam convidados os senhores Conselheiro João Feder, do Tribunal de Contas do Paraná, e presidente do Sindicato dos Lotéricos do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Através da imprensa, toda a população toma conhecimento de denúncias de irregularidades no pagamento de prêmios através do Serviço de Loterias do Paraná, serviço esse, chancelado pelo Estado, e que foi criado com a finalidade de financiar obras e programas sociais, conforme o disposto na Constituição do Estado.

Ao levantar tais denúncias, é imperiosa a atuação fiscalizadora da Assembléia Legislativa, estendendo-se além da análise das denúncias formuladas pelo próprio governador do Estado, alcançando todas as atividades do SERLOPAR. Afinal, as denúncias partidas através do Tribunal de Contas do Paraná, de que tal serviço vem apontando resultados financeiros operacionais negativos, são da maior gravidade.

É necessário, ainda, conhecer a destinação dos recursos provenientes da arrecadação das apostas lotéricas, verificando se o artigo 175 da Constituição Estadual vem sendo cumprido e de que forma isto vem sendo realizado.

Sendo evidente a contradição entre as diversas partes envolvidas nas denúncias, é urgente a convocação dos nominados no presente requerimento para prestarem os esclarecimentos devidos.

## REQUERIMENTO N° 4328

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder, REQUER após ouvido o Plenário, a transcrição em ata da presente Sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Valter Ribeiro Richter, ocorrido no dia 28/10/93, no Município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) HERMAS BRANDÃO



**JUSTIFICATIVA:**

Valter Ribeiro Richter, natural da cidade de Palmital SP, onde nasceu em 19/02/1922, ainda criança, mudou-se para Bandeirantes em 1930, naquele tempo denominado "Invernada".

Viu o povoado crescer, tornar-se município e com a sua cidade teve um convívio íntimo. Oficial de Justiça a todos conhecia, sempre com alegria e uma palavra de companheirismo e estímulo. Até sua aposentadoria, marcou o exercício de sua profissão pela lealdade absoluta aos seus superiores e uma conduta ética exemplar com os demais serventuários do Fórum de Bandeirantes.

Foi casado com Dona Durçulina e deixou 6 (seis) filhos: Aparecido Ribeiro Richter, Ademar Ribeiro Richter - cartorários em Bandeirantes - Ademir Ribeiro Richter - Juiz de Direito - e as filhas Terezinha Richter Abujamra, Neusa Richter Torrado - professoras - e Solange Ribeiro Richter - funcionária pública.

Homem simples, dedicado à família, deixou todos os filhos com cursos universitários, com o esforço do seu trabalho, grangeando o respeito e a admiração de todos.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário se dê ciência à família enlutada.

**REQUERIMENTO N° 4353**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, pelos 196 anos de Emancipação Política do Município de Antonina, ocorrido no último dia 05 de novembro do ano em curso.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

**JUSTIFICATIVA:**

Os fatos históricos demonstram que, no traçado do Município de Antonina, desde do episódio de sua emancipação sempre passou por sérias crises econômicas. Foram momentos de angústia, onde as aflições geraram sempre desentendimentos políticos mas na hora da união, os antoninenses sempre estiveram coesos, para realizar suas reivindicações.

Em cada situação, a fibra, o destemor, a abnegação, e a perspicácia de seu povo esteve presente, e Antonina voltou a ter melhores dias. Conseguiu a cidade vencer com sabedoria inúmeras passagens, e por isso quando completa seus 196 anos de emancipação política, queremos levar, a aquele povo, a nossa mensagem de esperança de melhores dias, e certos de que o Prefeito Ironaldo Pereira de Deus, com o nosso apoio, ainda irá realizar muito mais

benefícios à comunidade, e o exemplo dessa afirmação está nas obras prioritárias que entregou durante as programações de aniversários do município.

Nesse objetivo, requeremos um "voto de congratulações", que solicitamos sejam encaminhados ao Excelentíssimo Prefeito Ironaldo Pereira de Deus, pelos 196 anos de emancipação política do Município de Antonina, na Rua XV de Novembro, 150 - CEP: 83.370-000; ao Excelentíssimo Vereador-Presidente Aguinaldo Silva do Rosário, à Praça Cel. Macedo, 304 - CX.P. 11 - CEP: 83.370-000; e a Rádio Antoninense Ltda, Avenida Tiago Peixoto, s/n° - Morro da Cruz - CEP: 83.370-000 - Antonina - PR.

**REQUERIMENTO N° 4373**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal João Soares e Etelvina Soares Fragoso, que completaram 55 anos de feliz união conjugal, renovando assim seu propósito de amor e fidelidade a Cristo.

Nesses anos todos, houve muito respeito entre o casal, motivo esse que trouxe muita união e alegria ao seu lar.

Souberam cultivar e manifestar muito amor no casamento, transmitindo a todos que com eles têm convivido, um belo exemplo de vida conjugal. Sempre estiveram e continuam juntos, mantendo a chama do amor acesa em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e consideração.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal João Soares e Etelvina Soares Fragoso na comemoração dos 55 anos de uma união bem estruturada e que serve de exemplo a todos nós.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO N° 4406**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente Sessão votos de congratulações e regozijo pelo transcurso do centenário de nascimento do emérito cidadão piraiense Paulino Gonçalves da Silva, no dia 14 de novembro de 1993.

O Senhor Paulino nasceu em 14 de novembro de 1893, em Campo Magro, Distrito de Campo Largo/Pr.

Em 1914 veio a Pirai, então "Villa de



Pirahy", visitar sua irmã, chegou pela via férrea, e a pequena Villa o encantou, quer pelo cenário pitoresco, quer pelo seu povo acolhedor. Piraí tinha então 178 casas que ele contou para dizer aos amigos quando voltasse... mas essa volta não aconteceu, Paulino ficou aqui e logo procurou trabalho em uma sapataria cujo dono tornou-se seu grande amigo.

Em 1920, já casado, resolveu instalar uma pequena fábrica de gasosa que tornou-se famosa.

Em julho de 1936 começou a trabalhar na Prefeitura Municipal onde aposentou-se como escriturário em 1966.

Trabalhou muito por Piraí, por sua comarca, pegando assinaturas em todo o município, ora a pé ou a cavalo.

Vereador de 1951 até 1976, foi político a serviço do interesse público, uma existência consagrada a essa terra que o acolheu, mas acima de tudo, fixou um exemplo de patriotismo e amor por Piraí do Sul.

Assim, na ocasião em que este grande homem, político honesto, trabalhador, chefe de família exemplar - Paulino Gonçalves da Silva - completa seus cem anos de idade, não poderia deixar de irmanar-se a todo o povo piraiense nas homenagens prestadas, apresentando esta proposição.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência ao Senhor Paulino Gonçalves da Silva e sua família, na Rua XV de Novembro, 100 - CEP 84240.000 - Piraí do Sul/Pr.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

#### REQUERIMENTO N° 4408

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao grupo de voluntários do Hospital de Clínicas da UFPR, pelo extraordinário trabalho que vem desenvolvendo no acompanhamento dos pacientes aos locais de exames, buscando os resultados e resolvendo pequenos problemas que não necessita de serviço especializado, bem como lhes prestando apoio humano durante o internamento.

Que do teor do presente dê-se ciência também ao Diretor-Geral do Hospital de Clínicas da UFPR.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Criado em 1987 e oficializado em 1990, o Serviço de Voluntários do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, tem o objetivo de aumentar a capacidade daquele estabelecimento de ensino no

atendimento aos pacientes.

O grupo conta com 140 pessoas dispostas a dedicar parte do seu dia ao trabalho voluntário, fazendo o resgate da cidadania ajudando pacientes e corpo clínico, num trabalho harmonioso e de grande boa vontade.

Maior hospital público do Paraná, o HC sofre com a carência de recursos, mas nem esse problema chega a afetar o grupo de voluntários, onde a preocupação é trabalhar muito pelos pacientes.

Considerados "remédio em forma de gente" os voluntários do HC merecem os cumprimentos deste Poder pela atuação solidária e humanitária junto aos pacientes daquele hospital.

#### REQUERIMENTO N° 4409

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo do Estado do Paraná votos de congratulações a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais da União Sul Brasileira - ADRA, pela inauguração de obras sociais na Capital do Estado.

Que do teor do presente dê-se ciência também a Associação Paranaense da Igreja Adventista do 7° Dia.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

ADRA - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais da União Sul Brasileira, entidade filantrópica pertencente a Associação Paranaense da Igreja Adventista do 7° Dia realiza magnífico trabalho da área social do nosso Estado.

No último dia 07 de novembro a ADRA inaugurou três instituições de assistência social em nossa capital: Casa-Lar de Jardim Pinheiros - Casa-Lar de Vila São Pedro e Depósito da ADRA junto ao CADEC - Centro Adventista de Desenvolvimento Comunitário.

A finalidade dessas obras, amparo a população carente, é da maior relevância, razão por que merece os aplausos deste Poder Legislativo.

Que se manifeste à ADRA e à Associação Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia o regozijo da Assembléia Legislativa do Paraná pelas iniciativas em prol da população do nosso Estado.

#### REQUERIMENTO N° 4410

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Ple-

nário, votos de congratulações ao Município de Santo Antonio do Sudoeste/Pr, pela passagem da data comemorativa da sua Emancipação Política e o envio de Expediente à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Parabenizar a população deste próspero município paranaense, que tanto tem contribuído com seu trabalho para o progresso e o desenvolvimento do Paraná.

A passagem da data comemorativa da Emancipação Política de Santo Antonio do Sudoeste é motivo de júbilo para a valorosa gente do Sudoeste, e representa a consolidação da maturidade política da comunidade organizada, em busca de soluções para os problemas que a afligem.

Neste sentido, aproveitamos a oportunidade para colocar nosso Gabinete Parlamentar à disposição dos prezados amigos para aquilo que esteja ao nosso alcance.

REQUERIMENTO N° 4411

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Município de Capanema/Pr, pela passagem da data comemorativa da sua Emancipação Política e o envio de Expediente à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Parabenizar a população deste próspero município paranaense, que tanto tem contribuído com seu trabalho para o progresso e o desenvolvimento do Paraná.

A passagem da data comemorativa da Emancipação Política de Capanema/Pr, é motivo de júbilo para a valorosa gente do Sudoeste, e representa a consolidação da maturidade política da comunidade organizada, em busca de soluções para os problemas que a afligem.

Neste sentido, aproveitamos a oportunidade para colocar nosso Gabinete Parlamentar à disposição dos prezados amigos para aquilo que esteja ao nosso alcance.

REQUERIMENTO N° 4412

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Município de Realeza/Pr, pela passagem da data comemorativa da sua Emancipação Política e o envio de Expediente à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Parabenizar a população deste próspero município paranaense, que tanto tem contribuído com seu trabalho para o progresso e o desenvolvimento do Paraná.

A passagem da data comemorativa da Emancipação Política de Realeza/Pr é motivo de júbilo para a valorosa gente do Sudoeste, e representa a consolidação da maturidade política da comunidade organizada, em busca de soluções para os problemas que a afligem.

Neste sentido, aproveitamos a oportunidade para colocar nosso Gabinete Parlamentar à disposição dos prezados amigos para aquilo que esteja ao nosso alcance.

REQUERIMENTO N° 4413

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Município de Planalto/Pr, pela passagem da data comemorativa da sua Emancipação Política e o envio de Expediente à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Parabenizar a população deste próspero município paranaense, que tanto tem contribuído com seu trabalho para o progresso e o desenvolvimento do Paraná.

A passagem da data comemorativa da Emancipação Política de Planalto/Pr, é motivo de júbilo para a valorosa gente do Sudoeste, e representa a consolidação da maturidade política da comunidade organizada, em busca de soluções para os problemas que a afligem.

Neste sentido, aproveitamos a oportunidade para colocar nosso Gabinete Parlamentar à disposição dos prezados amigos para aquilo que esteja ao nosso alcance.

REQUERIMENTO N° 4415

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia - APACN, pela comemoração de seus 10 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Em 1983, portanto, há dez anos, nasce em Curitiba, a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia - APACN, com o objetivo de trabalhar para amenizar o

sofrimento de crianças neoplásicas.

Esse trabalho vai desde o apoio ao paciente e aos seus familiares, nas unidades hospitalares, até o atendimento deles na Casa de Apoio, localizada na Rua Piquiri, em Curitiba.

Uma legião de voluntários e responsáveis por esse extraordinário trabalho que já merece o reconhecimento de toda a nossa sociedade, e é considerado modelar em todo o nosso País.

Congratular-se com a APACN, pelos seus 10 anos, é abraçar fraternalmente cada um desses voluntários que, de uma forma ou de outra, nesses dez anos, somaram braços em favor das nossas crianças vítimas da neoplasia, dedicando-lhes cuidados, atenção e muito carinho.

#### REQUERIMENTO N° 4339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, sejam consignados na ata dos trabalhos de hoje, votos de louvor ao jornal Gazeta do Povo e à Fundação Roberto Marinho pela publicação de encartes contendo Cartas geográficas atualizadas.

Da decisão desta Casa, solicitamos seja dada ciência aos Senhores Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor da "Gazeta do Povo"; e Doutor Roberto Marinho, Presidente da "Fundação Roberto Marinho".

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

#### JUSTIFICATIVA:

É digna de congratulações a promoção da "Gazeta do Povo", juntamente com a "Fundação Roberto Marinho", em publicar encartes contendo Cartas geográficas atualizadas com as modificações ocorridas não só no âmbito do Território Nacional como em diversos países. O conhecimento de tais mudanças virá em muito contribuir para a cultura de nosso povo.

Na data de hoje, o primeiro desses encartes nos dá mostra de sua real utilidade.

Dado o seu inequívoco teor educativo, o fato merece ser registrado nesta Casa, aplaudindo-se a louvável iniciativa de seus idealizadores.

#### REQUERIMENTO N° 4418

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, depois de ouvir o soberano Plenário, a consignação nos Anais deste Poder, de voto de louvor, ao Senhor Paulino Gonçalves da Silva.

Requer ainda, seja dado ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor Paulino Gonçalves da Silva, nasceu em Campo Magro - Almirante Tamandaré, no dia 14 de novembro de 1893, completando, portanto, dentro de 5 dias, 100 (cem) anos de idade.

Reside hoje em Piraí do Sul-Pr, onde foi Vereador por 36 anos. Por uma Legislação, assumiu a Presidência da Câmara Municipal de Piraí e a Prefeitura Municipal. Foi membro da Comissão Fundadora da Comarca de Piraí do Sul.

Foi e tem sido exemplo de dignidade política e de cidadão paranaense.

#### REQUERIMENTO N° 4330

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja oficiada a solicitação de informações sobre o Balanço Financeiro nos últimos 3 anos da SERLOPAR, assim como outras informações com a resposta dos seguintes quesitos, elencados a seguir:

##### 1. QUANTO A RASPINHA

1.1 - Fornecer cópia do edital de licitação da concorrência pública e propostas dos concorrentes que indicou a firma vencedora no fornecimento das Cartelas da Raspinha, bem como cópia da ata que julgou a firma vencedora da concorrência.

1.2 - Existe uma firma distribuidora das Cartelas da Raspinha?

- Se foi feita licitação para esta concessão de distribuição?

- Caso exista firma "distribuidora", anexar cópia do contrato pela prestação de serviço de distribuição, indicando detalhes dos valores pagos até esta data para tal firma.

1.3 - Qual o sistema de garantia do "sigilo" da impressão das cartelas premiadas da raspinha?

- É sistema com garantia de sigilo, por ocasião da impressão e distribuição?

- Existe garantia de que pessoas que manipulam tais cartelas na fase de impressão e de distribuição, podem ou não saber ou marcar lotes de caixas onde estão as cartelas premiadas?

1.4 - As cartelas não vendidas, são registradas e anuladas?

- Já ocorreu caso de cartelas não vendidas?

- Todas as cartelas impressas, são vendidas?

1.5 - Quantos ganhadores, houve até es-

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

São muitas as reclamações da população rondonense pela demora na entrega da correspondência, que se registra pela falta de recursos humanos naquela agência da Empresa.

Na constatação feita, verificou-se que aquela Unidade Postal, dispõe apenas de dois estagiários para a distribuição externa, o que não atende a necessidade para entrega regular da correspondência.

REQUERIMENTO N° 4329

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, pedido ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Transporte, que inclua no Projeto de Duplicação da BR-376, uma marginal ao lado direito, partindo da ponte velha do rio Miringuava, até a estrada velha de Joinville, sentido Campo Largo da Roseira.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento visa pedido da comunidade de São José dos Pinhais, no sentido de dar mais segurança aos moradores dos diversos bairros, entre os quais: Planta São Marcos, Jardim Fabíola, Campo Largo da Roseira, que assim deixariam de trafegar pela BR-376, facilitando assim o tráfego de veículos lentos.

Por outro lado, a antiga estrada de Joiville, que é a primeira ligação Norte-Sul do Brasil, ficaria sem interrupção.

REQUERIMENTO N° 4331

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Esporte e do Turismo, José Afonso Júnior, solicitando a inclusão do Município de Araruna, no Projeto Nossa Quadra, dessa Secretaria, para atendimento do Distrito de São Vicente.

Tal pleito dá-se ao fato de que o referido Distrito possui uma população aproximadamente 2.500 habitantes, uma unidade escolar, prédio do Estado, onde funciona o ensino de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> séries, denominada Escola Municipal Vicente Mendes de Oliveira, com 302 alunos e Escola Estadual Joana D'Arc, com 206 alunos, ensino de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries, sendo que a referida quadra é de suma importância, visto aquele Distrito não possuir um local próprio para a prática esportiva.

ta data da raspinha?

- Qual o valor dos prêmios pagos a cada um?
- Anexar lista respectiva com nome e endereço dos ganhadores e respectivos recibos de pagamento. Existe ou existiu relação da SERLOPAR com a firma "ZÁS-TRAZ"?
- Qual a firma que intermedia a venda de cartelas da Raspinha entre a SERLOPAR e as lojas lotéricas que vendem à população as cartelas da raspinha?
- Anexar cópia do contrato, caso exista.

2. QUANTO A LOTOPAR

2.1 - Quando há acumulação do prêmio destinado ao ganhador, sobre este valor, a LOTOPAR paga correção monetária ao ganhador?

- Neste caso a SERLOPAR aplica o valor do prêmio no mercado financeiro, ou simplesmente deposita em Banco em conta corrente, sem receber o valor da correção monetária?

2.2 - Indicar os números de conta corrente da SERLOPAR, e quais os nomes e endereços dos Bancos onde a SERLOPAR mantém conta corrente e relação econômica.

3. BALANÇO FINANCEIRO

3.1 - Apresentar os resultados financeiros da RASPINHA, da LOTOPAR e LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ, nos últimos 3 anos.

4. ENTIDADES BENEFICIADAS

4.1 - Quais os órgãos e/ou entidades beneficiadas com a arrecadação das Loterias do Estado do Paraná?

- Quando e quanto receberam?
- Designar os nomes e os respectivos endereços dos beneficiados.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo destas informações é esclarecer à opinião pública e ao povo do Paraná a realidade das atividades dos serviços de loterias prestados pela SERLOPAR, cujo interesse maior é o da credibilidade junto aos apostadores que depositam com boa-fé suas economias apostando na sorte.

REQUERIMENTO N° 4393

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente instrumento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja oficiado o Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, solicitando providências urgentes para contratação de carteiros para a agência da empresa em Marechal Cândido Rondon, neste Estado.

Neste sentido, que essa Secretaria avalie e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 4333

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Homero Morinobu Oguido, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos financeiros destinados à construção de um Terminal Rodoviário no Município de Corumbataí do Sul.

Tal solicitação se prende ao fato da necessidade de haver um local apropriado para o embarque e desembarque de passageiros, no município.

Neste sentido, que essa Secretaria, avalie e dê o necessário respaldo a tão justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 4334

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros destinados à construção de 03 (três) salas de aula na Escola Estadual São Judas Tadeu no município de Quinta do Sol.

Tal solicitação visa a ampliação da estrutura física existente, proporcionar melhor atendimento à clientela estudantil.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 4340

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de 03 caminhões coletores de lixo para o Município de Ibaiti.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO N° 4341

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das

atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Maria Helena.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO N° 4342

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Xambrê.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO N° 4343

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Vila Alta.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO N° 4344

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO N° 4345

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano,

solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4346

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Tapira.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4347

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Tapejara.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4348

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4349

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Rondon.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4350

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Pêrola.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4351

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Nova Olímpia.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4355

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Zuk, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Palmeira.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4356

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Zuk, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4357

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Zuk, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após mani-

festação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4358

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Zuk, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Ipiranga.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4359

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Zuk, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4360

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Zuk, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4361

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Zuk, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Ventania.

nia.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4362

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Zuk, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Castro.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4363

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Zuk, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4364

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Zuk, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Ivaí.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4365

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Zuk, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4366

Senhor Presidente.



O Deputado Luiz Carlos Zuk, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Reserva.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4367

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Zuk, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Imbituva.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4368

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Zuk, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Irati.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4369

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Zuk, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Inácio Martins.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4370

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Zuk, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário

Curitiba, terça, em 09.11.93

rio de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4371

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Zuk, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Rebouças.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4372

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Carlos Zuk, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Paulo Frontin.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 4374

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Vila Santana - Estrada de Sebastião da Roseira, próximo à Igreja São Sebastião, quanto a execução de reparos nas ruas da Vila, as quais encontram-se em péssimas condições.

Tal solicitação prende-se ao fato da precariedade daquele acesso, dificultando sobremaneira o tráfego das pessoas e veículos que ali transitam. Afirmam que já fizeram o pedido à Prefeitura, porém até a presente data não foram atendidos.

Solicitam que os reparos sejam executados, uma vez que toda a população está sofrendo com o problema.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4375

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido feito pelos usuários do ônibus Jardim Paloma, do Município de Colombo, quanto ao horário do mesmo.

O que ocorre é que nos finais de semana só tem um ônibus que atende essa linha, e como o primeiro a circular inicia às 6:30hs e o último às 20:30hs, os trabalhadores que saem do serviço após esse horário não têm como retornar às suas casas, motivo este que os levou a solicitar ampliação nos horários desse ônibus.

Muitos trabalhadores estão sendo prejudicados com esse horário, e pedem que o problema seja resolvido o mais rápido possível.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 4376

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Augusta Santos Andrade, localizada no bairro Maria Antonieta, quanto a limpeza das valetas dessa rua.

Eles afirmam que as valetas encontram-se cheias de sujeira, acarretando sérios problemas, ainda mais com a proximidade do verão, induzindo à proliferação de ratos e insetos nocivos à saúde da população, além do cheiro insuportável que exalam.

Pedem que seu pedido seja atendido o mais breve possível, procurando-se evitar que o problema se torne mais grave.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 4377

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido feito pelos usuários do ônibus Jardim Graziela, do Município de Almirante Tamandaré, os quais solicitam que seja construído um abrigo no ponto localizado próximo ao Mercado Santa Helena, localizado à Rua Piékas, no sentido Tamandaré - Curitiba.

O pedido está sendo feito pelo motivo dos usuários ficarem à ação do sol e da

chuva enquanto aguardam o ônibus. É necessário que sejam construídas calçadas no local, pois as crianças que estudam no colégio das proximidades andam pela rua sem segurança nenhuma.

Solicitam os usuários que seu pedido seja atendido, uma vez que inúmeras pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 4378

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos usuários da Unidade de Saúde Meia Lua, localizado no Conjunto Moradias Belém, no bairro do Uberaba, quanto ao conserto do telefone público instalado nesse posto.

Esclarecem que o telefone só recebe ligações e o mesmo está com defeito há três meses, dificultando o atendimento aos usuários que necessitam marcar exames de laboratório feitos fora do posto.

Pedem que o pedido seja atendido, pois muitas pessoas dependem desse telefone que é de grande valia, principalmente porque utilizam em prol de suas saúdes.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 4379

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de que sejam executadas melhorias na Rua Juscelino Kubitschek, proximidades do n° 499, na Vila Amélia.

O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua, afirmando que ela se encontra intransitável, cheia de buracos, causando uma série de problemas a todos que por lá transitam.

Pedem que seu pedido seja atendido, uma vez que beneficiará toda a população.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 4380

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto à Rua Zedenco Gayer, proximidades

do nº 119, no Jardim Orli, em Araucária.

O pedido foi feito pelos moradores dessa rua, os quais alegam que estão passando por sérios transtornos devido não existir um local adequado para escoamento de esgoto. O cheiro dos detritos é insuportável, aumentando ainda mais com a chegada do verão.

Pedem providências urgentes, uma vez que todos os moradores também estão propensos a contraírem doenças graves.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 4381

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Araucária, no sentido de atender o pedido dos moradores da rua Zedenco Gayer, localizada no Jardim Orli, quanto a colocação de anti-pó.

Afirmam os moradores que essa rua encontra-se em péssimo estado, e quando chove, a situação piora, prejudicando a todos.

Pedem urgência no atendimento, procurando-se evitar que ela fique ainda mais danificada.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 4382

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Cultura, no sentido de que seja determinado estudos urgentes para viabilização do processo de interiorização da Rádio e Televisão Educativa TVE - no Município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, seja comunicado o Senhor Antônio Romero Filho, Prefeito Municipal, Senhor José Evangelista de Albuquerque, Presidente da Câmara Municipal e Vereador Vilson Ferraz.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

O uso do rádio-televisão para informar e educar a população tem sido utilizada com muita propriedade pelo Governo, que recentemente lançou um programa de instalação de antenas parabólicas nas escolas estaduais, com isso revolucionando a escola.

Umuarama, cidade-pólo da Microrregião 11, requer a instalação de equipamentos e a presença da TVE em seu município contribuindo para a melhoria das condições de

vida da população da rica região do noroeste.

#### REQUERIMENTO Nº 4383

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, no sentido de que seja determinada a construção de 01 (uma) unidade da Casa Familiar Rural, no Município de Cafezal do Sul.

Do aprovado, REQUER ainda comunicação ao Prefeito Municipal, Moyses Mendes Sanches e ao Presidente da Câmara Municipal, Célio da Silva (Av. Italo Orseli, 796 - Cafezal do Sul).

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A Agricultura tem sido sistematicamente responsável pelo crescimento econômico do Paraná e pela projeção deste em relação aos demais Estados do País.

Lamentavelmente temos assistido de forma passiva o êxodo rural, famílias inteiras inchando os centros urbanos, se instalando de forma indigna, na maioria das vezes, nas periferias das cidades, causando sérios problemas sociais para os governos.

Isto decorre da falta de apoio ao homem do campo, especialmente o pequeno proprietário, que por não receberem incentivo do Governo, preço justo pelo seu trabalho, acabaram entregando suas propriedades para os bancos, para os latifundiários.

A iniciativa do Governo Requião ao elaborar e implantar programas para segurar o homem do campo, como "panela cheia", readequação de estradas rurais, a realização de microbacias, entre muitos outros, tem sido responsável pela melhora das condições de vida do agricultor.

A Casa Familiar Rural é mais um desses programas que objetiva instrumentar o homem do campo com melhores técnicas e capacitação para produzir mais.

Os filhos dos agricultores terão ensinamentos e hospedagem nestas casas familiares, com instrução de técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, etc, que ensinarão novas metodologias voltadas para o enriquecimento das propriedades agrícolas.

#### REQUERIMENTO Nº 4384

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, no sentido de que seja determinado a construção de 01 (uma) unidade da Casa Familiar Rural, no Município de Iporã.

Do aprovado, REQUER ainda comunicação ao Prefeito Municipal, Salvador Caetano Silva e ao Presidente da Câmara Municipal, Dorival Passarela (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677 - Iporã).

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Agricultura tem sido sistematicamente responsável pelo crescimento econômico do Paraná e pela projeção deste em relação aos demais Estados do País.

Lamentavelmente temos assistido de forma passiva o êxodo rural, famílias inteiras inchando os centros urbanos, se instalando de forma indigna, na maioria das vezes, nas periferias das cidades, causando sérios problemas sociais para os governos.

Isto decorre da falta de apoio ao homem do campo, especialmente o pequeno proprietário, que por não receberem incentivo do Governo, preço justo pelo seu trabalho, acabaram entregando suas propriedades para os bancos, para os latifundiários.

A iniciativa do Governo Requião ao elaborar e implantar programas para segurar o homem do campo, como "panela cheia", readequação de estradas rurais, a realização de microbacias, entre muitos outros, tem sido responsável pela melhora das condições de vida do agricultor.

A Casa Familiar Rural é mais um desses programas que objetiva instrumentar o homem do campo com melhores técnicas e capacitação para produzir mais.

Os filhos dos agricultores terão ensinamentos e hospedagem nestas casas familiares, com instrução de técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, etc, que ensinarão novas metodologias voltadas para o enriquecimento das propriedades agrícolas.

REQUERIMENTO N° 4385

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, no sentido de que seja determinado a construção de 01 (uma) unidade da Casa Familiar Rural, no Município de Ivaté.

Do aprovado, REQUER ainda comunicação a Prefeita Municipal, Elmida Panazzolo e ao Presidente da Câmara Municipal, José

Chalegre, (Av. Maringá s/n - Ivaté - CEP: 87.519-000).

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Agricultura tem sido sistematicamente responsável pelo crescimento econômico do Paraná e pela projeção deste em relação aos demais Estados do País.

Lamentavelmente temos assistido de forma passiva o êxodo rural, famílias inteiras inchando os centros urbanos, se instalando de forma indigna, na maioria das vezes, nas periferias das cidades, causando sérios problemas sociais para os governos.

Isto decorre da falta de apoio ao homem do campo, especialmente o pequeno proprietário, que por não receberem incentivo do Governo, preço justo pelo seu trabalho, acabaram entregando suas propriedades para os bancos, para os latifundiários.

A iniciativa do Governo Requião ao elaborar e implantar programas para segurar o homem do campo, como "panela cheia", readequação de estradas rurais, a realização de microbacias, entre muitos outros, tem sido responsável pela melhora das condições de vida do agricultor.

A Casa Familiar Rural é mais um desses programas que objetiva instrumentar o homem do campo com melhores técnicas e capacitação para produzir mais.

Os filhos dos agricultores terão ensinamentos e hospedagem nestas casas familiares, com instrução de técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, etc, que ensinarão novas metodologias voltadas para o enriquecimento das propriedades agrícolas.

REQUERIMENTO N° 4386

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, no sentido de que seja determinado a construção de 01 (uma) unidade da Casa Familiar Rural, no Município de Mariluz.

Do aprovado, REQUER ainda comunicação ao Prefeito Municipal, José Braz Brilhante e ao Presidente da Câmara Municipal, (Av. Marília 1920 - Mariluz/Pr.)

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Agricultura tem sido sistematicamente responsável pelo crescimento econômico do Paraná e pela projeção deste em relação aos demais Estados do País.

Lamentavelmente temos assistido de forma passiva o êxodo rural, famílias in-

teiras inchando os centros urbanos, se instalando de forma indigna, na maioria das vezes, nas periferias das cidades, causando sérios problemas sociais para os governos.

Isto decorre da falta de apoio ao homem do campo, especialmente o pequeno proprietário, que por não receberem incentivo do Governo, preço justo pelo seu trabalho, acabaram entregando suas propriedades para os bancos, para os latifundiários.

A iniciativa do Governo Requião ao elaborar e implantar programas para segurar o homem do campo, como "panela cheia", readequação de estradas rurais, a realização de microbacias, entre muitos outros, tem sido responsável pela melhora das condições de vida do agricultor.

A Casa Familiar Rural é mais um desses programas que objetiva instrumentar o homem do campo com melhores técnicas e capacitação para produzir mais.

Os filhos dos agricultores terão ensinamentos e hospedagem nestas casas familiares, com instrução de técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, etc, que ensinarão novas metodologias voltadas para o enriquecimento das propriedades agrícolas.

#### REQUERIMENTO N° 4387

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, no sentido de que seja determinado a construção de 01 (uma) unidade da Casa Familiar Rural, no Município de Xambrê.

Do aprovado, REQUER ainda comunicação ao Prefeito Municipal, Pedro Lopes e ao Presidente da Câmara Municipal (Praça Desembargador A. F. F. Costa, 236 - Xambrê/Pr.)

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A Agricultura tem sido sistematicamente responsável pelo crescimento econômico do Paraná e pela projeção deste em relação aos demais Estados do País.

Lamentavelmente temos assistido de forma passiva o êxodo rural, famílias inteiras inchando os centros urbanos, se instalando de forma indigna, na maioria das vezes, nas periferias das cidades, causando sérios problemas sociais para os governos.

Isto decorre da falta de apoio ao homem do campo, especialmente o pequeno proprietário, que por não receberem incentivo do Governo, preço justo pelo seu trabalho, acabaram entregando suas propriedades para

os bancos, para os latifundiários.

A iniciativa do Governo Requião ao elaborar e implantar programas para segurar o homem do campo, como "panela cheia", readequação de estradas rurais, a realização de microbacias, entre muitos outros, tem sido responsável pela melhora das condições de vida do agricultor.

A Casa Familiar Rural é mais um desses programas que objetiva instrumentar o homem do campo com melhores técnicas e capacitação para produzir mais.

Os filhos dos agricultores terão ensinamentos e hospedagem nestas casas familiares, com instrução de técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, etc, que ensinarão novas metodologias voltadas para o enriquecimento das propriedades agrícolas.

#### REQUERIMENTO N° 4388

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, no sentido de que seja determinado a construção de 01 (uma) unidade da Casa Familiar Rural, no Município de Icaraíma.

Do aprovado, REQUER ainda comunicação ao Prefeito Municipal, João de Paula, (Rua Monte Belo, 581) ao Presidente da Câmara Municipal, e ao Vereador José Carlos Manzoni (Av. Hermes Visotto, 620).

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A Agricultura tem sido sistematicamente responsável pelo crescimento econômico do Paraná e pela projeção deste em relação aos demais Estados do País.

Lamentavelmente temos assistido de forma passiva o êxodo rural, famílias inteiras inchando os centros urbanos, se instalando de forma indigna, na maioria das vezes, nas periferias das cidades, causando sérios problemas sociais para os governos.

Isto decorre da falta de apoio ao homem do campo, especialmente o pequeno proprietário, que por não receberem incentivo do Governo, preço justo pelo seu trabalho, acabaram entregando suas propriedades para os bancos, para os latifundiários.

A iniciativa do Governo Requião ao elaborar e implantar programas para segurar o homem do campo, como "panela cheia", readequação de estradas rurais, a realização de microbacias, entre muitos outros, tem sido responsável pela melhora das condições de vida do agricultor.

A Casa Familiar Rural é mais um desses programas que objetiva instrumentar o ho-

mem do campo com melhores técnicas e capacitação para produzir mais.

Os filhos dos agricultores terão ensinamentos e hospedagem nestas casas familiares, com instrução de técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, etc, que ensinarão novas metodologias voltadas para o enriquecimento das propriedades agrícolas.

#### REQUERIMENTO N° 4389

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, no sentido de que seja determinado a construção de 01 (uma) unidade da Casa Familiar Rural, no Município de Cruzeiro do Oeste.

Do aprovado, REQUER ainda comunicação ao Prefeito Municipal, José Antônio de Castro, (Rua João Ormindo de Resende, 686), e ao Presidente da Câmara Municipal (Av. Brasil s/n°).

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A Agricultura tem sido sistematicamente responsável pelo crescimento econômico do Paraná e pela projeção deste em relação aos demais Estados do País.

Lamentavelmente temos assistido de forma passiva o êxodo rural, famílias inteiras inchando os centros urbanos, se instalando de forma indigna, na maioria das vezes, nas periferias das cidades, causando sérios problemas sociais para os governos.

Isto decorre da falta de apoio ao homem do campo, especialmente o pequeno proprietário, que por não receberem incentivo do Governo, preço justo pelo seu trabalho, acabaram entregando suas propriedades para os bancos, para os latifundiários.

A iniciativa do Governo Requião ao elaborar e implantar programas para segurar o homem do campo, como "panela cheia", readequação de estradas rurais, a realização de microbacias, entre muitos outros, tem sido responsável pela melhora das condições de vida do agricultor.

A Casa Familiar Rural é mais um desses programas que objetiva instrumentar o homem do campo com melhores técnicas e capacitação para produzir mais.

Os filhos dos agricultores terão ensinamentos e hospedagem nestas casas familiares, com instrução de técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, etc, que ensinarão novas metodologias voltadas para o enriquecimento das propriedades agrícolas.

#### REQUERIMENTO N° 4390

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, no sentido de que seja determinado a construção de 01 (uma) unidade da Casa Familiar Rural, no Município de Engenheiro Beltrão.

Do aprovado, REQUER ainda comunicação ao Prefeito Municipal, José Orlando Romeiro, (Rua Manoel Ribas, 160), e ao Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160).

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A Agricultura tem sido sistematicamente responsável pelo crescimento econômico do Paraná e pela projeção deste em relação aos demais Estados do País.

Lamentavelmente temos assistido de forma passiva o êxodo rural, famílias inteiras inchando os centros urbanos, se instalando de forma indigna, na maioria das vezes, nas periferias das cidades, causando sérios problemas sociais para os governos.

Isto decorre da falta de apoio ao homem do campo, especialmente o pequeno proprietário, que por não receberem incentivo do Governo, preço justo pelo seu trabalho, acabaram entregando suas propriedades para os bancos, para os latifundiários.

A iniciativa do Governo Requião ao elaborar e implantar programas para segurar o homem do campo, como "panela cheia", readequação de estradas rurais, a realização de microbacias, entre muitos outros, tem sido responsável pela melhora das condições de vida do agricultor.

A Casa Familiar Rural é mais um desses programas que objetiva instrumentar o homem do campo com melhores técnicas e capacitação para produzir mais.

Os filhos dos agricultores terão ensinamentos e hospedagem nestas casas familiares, com instrução de técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, etc, que ensinarão novas metodologias voltadas para o enriquecimento das propriedades agrícolas.

#### REQUERIMENTO N° 4391

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, no sentido de que seja determinado a construção de 01 (uma) unidade da Casa Familiar Ru-

ral, no Município de Vila Alta.

Do aprovado, REQUER ainda comunicação à Prefeita Municipal, Dayse Meire Jardim, e ao Presidente da Câmara Municipal (Av. Tupy, s/n).

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Agricultura tem sido sistematicamente responsável pelo crescimento econômico do Paraná e pela projeção deste em relação aos demais Estados do País.

Lamentavelmente temos assistido de forma passiva o êxodo rural, famílias inteiras inchando os centros urbanos, se instalando de forma indigna, na maioria das vezes, nas periferias das cidades, causando sérios problemas sociais para os governos.

Isto decorre da falta de apoio ao homem do campo, especialmente o pequeno proprietário, que por não receberem incentivo do Governo, preço justo pelo seu trabalho, acabaram entregando suas propriedades para os bancos, para os latifundiários.

A iniciativa do Governo Requião ao elaborar e implantar programas para segurar o homem do campo, como "panela cheia", readequação de estradas rurais, a realização de microbacias, entre muitos outros, tem sido responsável pela melhora das condições de vida do agricultor.

A Casa Familiar Rural é mais um desses programas que objetiva instrumentar o homem do campo com melhores técnicas e capacitação para produzir mais.

Os filhos dos agricultores terão ensinamentos e hospedagem nestas casas familiares, com instrução de técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, etc, que ensinarão novas metodologias voltadas para o enriquecimento das propriedades agrícolas.

REQUERIMENTO N° 4392

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, no sentido de que seja determinado a construção de 01 (uma) unidade da Casa Familiar Rural, no Município de Pérola.

Do aprovado, REQUER ainda comunicação ao Prefeito Municipal, Gentil Scalco, e ao Presidente da Câmara Municipal, (Rua do Rosário, 202).

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Agricultura tem sido sistematicamente responsável pelo crescimento econômico do Paraná e pela projeção deste em relação

aos demais Estados do País.

Lamentavelmente temos assistido de forma passiva o êxodo rural, famílias inteiras inchando os centros urbanos, se instalando de forma indigna, na maioria das vezes, nas periferias das cidades, causando sérios problemas sociais para os governos.

Isto decorre da falta de apoio ao homem do campo, especialmente o pequeno proprietário, que por não receberem incentivo do Governo, preço justo pelo seu trabalho, acabaram entregando suas propriedades para os bancos, para os latifundiários.

A iniciativa do Governo Requião ao elaborar e implantar programas para segurar o homem do campo, como "panela cheia", readequação de estradas rurais, a realização de microbacias, entre muitos outros, tem sido responsável pela melhora das condições de vida do agricultor.

A Casa Familiar Rural é mais um desses programas que objetiva instrumentar o homem do campo com melhores técnicas e capacitação para produzir mais.

Os filhos dos agricultores terão ensinamentos e hospedagem nestas casas familiares, com instrução de técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, etc, que ensinarão novas metodologias voltadas para o enriquecimento das propriedades agrícolas.

REQUERIMENTO N° 4397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção de sede própria para o 1° Distrito Policial do Lar Paraná, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, o prédio que abriga o 1° Distrito Policial de Lar Paraná é alugado. Sua localização muito deixa a desejar, pois o acesso é difícil, o que impede a polícia de estar presente na hora e local em que se faça necessária.

Existe, por parte dos moradores do Lar Paraná, o temor de que, pela localização e falta de sede própria, deixem de contar com o valioso apoio policial e percam esse benefício conquistado com muito esforço.

Pelo exposto, rogamos dos nobres pares, apoio a essa justa pretensão.

REQUERIMENTO N° 4398

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o



envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial e equipamento (armas e munições) para a Delegacia de Polícia do Município de Farol.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Farol, um dos mais jovens do Paraná, vem lutando bravamente para firmar-se de fato como cidade independente.

Sua população, operosa e diligente, vem contribuindo sobremodo com a administração municipal para que Farol possa alcançar destaque entre as demais cidades paranaenses.

Entendemos ser dever do Estado, através dos seus diversos órgãos e secretarias, fomentar o desenvolvimento de todos os municípios, e é nesse sentido que invocamos da Secretaria de Segurança Pública, o atendimento ao pleito, após a aprovação dos nobres pares desta augusta Casa.

REQUERIMENTO N° 4399

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvir o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a construção de abastecedor comunitário no Município de Farol.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Farol, há pouco tempo emancipado, tem na agricultura a sua maior pilastra econômica. Da terra, vive a maior parte da sua população.

Como novo município, Farol encontra as dificuldades próprias da sua emancipação, e necessita do auxílio dos órgãos governamentais para estruturar-se adequadamente.

Haja vista a natural e genérica crise que a agricultura enfrenta, considerando-se os altos juros cobrados sobre empréstimos para custeio de semeadura e colheitas, poucos recursos sobram para a construção de um depósito para os produtores rurais de Farol, eis porque, pedimos o aval dos nobres pares para o presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 4400

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de um estabelecimento de ensino com 10 (dez) salas de aula e a destinação de um veículo para atender o setor educacional do Muni-

cípio de Fênix.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O grande contingente de crianças em idade escolar que não conseguem matricular-se nos estabelecimentos estaduais desse município, e que por tal motivo ficam privadas dos direitos de estudar, por si só justificam a construção de um estabelecimento de ensino com dez salas de aula.

Por outro lado, a coordenação geral do ensino nesse município ressen-te-se da falta de um veículo para poder desempenhar suas funções em sua totalidade, tal seja, promover e fiscalizar todos os aspectos do setor educacional.

Pelo exposto, rogamos o aval dos nobres pares e esperamos da Secretaria de Estado da Educação, medidas que venham sanar essas necessidades.

REQUERIMENTO N° 4401

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Diretor-Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a destinação de recursos para a merenda escolar aos estabelecimentos estaduais de ensino do Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Em sua maioria, a população estudantil do Município de Fênix é oriunda de famílias de baixa renda. A merenda escolar é, em muitos casos, a única refeição do dia para essas crianças.

O Poder Executivo municipal não dispõe dos recursos necessários para arcar com os custos para a manutenção da merenda escolar.

Pelo exposto, rogamos o apoio dos nobres pares para o nosso requerimento, que esperamos, receba também da FUNDEPAR, a atenção e o atendimento.

REQUERIMENTO N° 4402

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a destinação de uma pã carregadeira para o Município Rancho Alegre do Oeste.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Rancho Alegre do Oeste dispõe de uma Associação (Associação Comunitária de Rancho Alegre do Oeste), a qual vem facilitando em muito o trabalho dos

agricultores; mesmo assim nas atuais condições, face à redução dos incentivos para o setor agrícola, os problemas nessa área somam-se dia a dia.

A destinação de uma pá carregadeira viria acrescentar um recurso a mais para a população rural, e por esse motivo, aguardamos merecer o aval dos nobres pares.

REQUERIMENTO N° 4403

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de armas e munições para a Delegacia de Polícia de Rancho Alegre do Oeste.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O setor de segurança pública de Rancho Alegre do Oeste, como o de qualquer outro município, está a reclamar melhores condições de trabalho e equipamentos para os policiais.

Nesse município, os cidadãos responsáveis pela segurança da população não dispõem de armamentos mais pesados, como por exemplo, escopetas e carabinas. É sabido que os marginais estão cada vez mais audaciosos e municiados de armas poderosas, em certos casos, até mesmo de armas de uso exclusivo do exército.

É injusto que policiais ponham suas próprias vidas em risco nessa competição desigual entre a lei e o crime.

Desta forma, rogamos dos nobres parlamentares, o necessário aval para o pleito que ora apresentamos.

REQUERIMENTO N° 4404

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a criação de um programa de financiamento para tratores e demais implementos agrícolas para o Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

As atuais linhas de crédito para a aquisição de implementos agrícolas estão em desacordo com a situação financeira dos pequenos proprietários rurais.

No Município de Fênix, a população rural vem sustentando suas atividades agrícolas com enormes dificuldades.

A agricultura ainda utiliza práticas artesanais, o que impede o crescimento do

setor, inegavelmente o mais importante do nosso Estado.

A mecanização das lavouras seria a alternativa mais adequada para fomentar a diversificação das culturas e estimular os agricultores a permanecer em seus locais de origem.

Assim, pedimos o apoio dos nobres parlamentares ao nosso pleito, que esperamos ver atendido pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

REQUERIMENTO N° 4405

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção e/ou reforma de consultórios médicos no Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A população do Município de Fênix resente-se da falta de melhores recursos no setor médico, no que tange ao atendimento gratuito.

Considerando-se que a atual conjuntura está ainda mais desfavorável para as populações de baixa renda, é mister que o Estado, através das suas secretarias e demais órgãos, tome para si a incumbência de aparelhar e equipar adequadamente os Centros Médicos e Postos de Saúde, a fim de proporcionar aos menos favorecidos, na prática, o que preconiza a Saúde Pública: "A Saúde do Povo é a Suprema Lei".

REQUERIMENTO N° 4414

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado a Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, solicitando as providências necessárias a transferência ao telefone público instalado na Rua Gerônimo Alberti, 17 Jardim Georgina, para o n° 62, da mesma rua, município de Colombo.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Senhor Hilário Moreira Lima, Rua Gerônimo Alberti, 62- Colombo.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O estabelecimento comercial onde atualmente acha-se instalado o telefone público, Bar do Ivo, na Rua Gerônimo Alberti, 17 Jardim Georgina, no Município de Colombo, tem permanecido constantemente fechado, impossibilitando que os moradores da região tenham acesso ao benefício.

Ao solicitarmos a transferência do re-

ferido telefone, para a mesma rua, diante do n° 62, Bar e Merceria Zakovicz, pretendemos fazer com que ele realmente venha atender às finalidades para os quais foi instalado naquela localidade.

Outrossim, ressaltamos que os proprietários do estabelecimento comercial supra-mencionado, comprometem-se a zelar pela conservação do aparelho, bem como comercializar as fichas telefônicas.

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 024/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1° - Fica instituído o Título de "Mérito Jovem do Estado do Paraná", destinado a homenagear jovens que tenham destaque pela prestação de relevantes serviços à comunidade.

§ 1° - A indicação para a presente homenagem, será precedida de proposta firmada por qualquer parlamentar com assento nesta Casa, endereçada à Mesa Executiva, contendo ampla exposição dos serviços prestados pelo indicado.

§ 2° - A entrega do Título ocorrerá durante as sessões ordinárias, no espaço reservado ao Grande Expediente.

§ 3° - Constarão no Título, impresso tipograficamente:

- a) O brasão do Estado do Paraná;
- b) O Título "Mérito Jovem do Estado do Paraná;
- c) O nome do homenageado;
- d) A expressão: "do Poder Legislativo do Estado do Paraná, em reconhecimento pelos seus relevantes serviços à comunidade";
- e) Data e assinatura do Presidente e do 1° Secretário.

Art. 2° - Fica a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, autorizada a utilizar recursos próprios do orçamento vigente para suprir as despesas decorrentes desta Resolução.

Art. 3° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto de resolução em tela, tem por objetivo homenagear os jovens paranaenses que tenham se destacado na prestação de serviços considerados relevantes para a sociedade.

O nosso Estado é riquíssimo em lideranças juvenis que desempenham nos municípios, trabalhos brilhantes nas mais diversas áreas.

Acontece que a maioria destes trabalhos permanecem anônimos, tolhido, por

consequente, os privilégios que à sociedade poderiam beneficiar.

A instituição do Título de que trata o presente projeto, além de reconhecer os jovens atuantes, estimulará aqueles que hoje estão inativos, mas que possuem grande potencial para ser aplicado em benefício dos mais diversos segmentos sócio-comunitários do nosso Estado.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 647/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga os Municípios de Matelândia a Ramilândia e deste até Diamante do Oeste.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

O referido trecho rodoviário interliga três importantes municípios paranaenses, servindo a toda uma região em desenvolvimento, com profícua atividade agrícola. Portanto, trata-se de uma rodovia inter-municipal de suma importância para o escoamento de safras, esperando-se a estadualização do citado trecho, o que se faz juz e necessário.

PROJETO DE LEI N° 648/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Educadora e Formativa das Irmãs Franciscanas Missionárias de Cristo, com sede e foro na Cidade de Londrina, neste Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) EMILIA BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretende ser declarada de Utilidade Pública, Sociedade Educadora Formativa das Irmãs Franciscanas Missionárias de Cristo, tem por objetivo promover a educação moral e divulgar o cultivo das artes e ofícios domésticos entre os membros da comunidade, fundar instituições assistenciais e educativas, dar assistência e prestar solidariedade às Irmãs Franciscanas Missionárias de Cristo provenientes de qualquer parte do mundo.

PROJETO DE LEI N° 649/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Pastoral dos Portadores de Deficiência de Londrina, com sede e foro na Cidade de Londrina, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa declarar de Utilidade Pública a Pastoral dos Portadores de Deficiência de Londrina, com sede e foro na Cidade de Londrina, neste Estado.

Pessoa jurídica de direito privado, de caráter assistencial, filantrópico, social e religioso, com finalidade de melhorias nas condições de vida e de trabalho de toda pessoa portadora de qualquer espécie de deficiência física ou mental.

PROJETO DE LEI Nº 650/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a implantar unidades da Delegacia da Mulher em todos os Municípios do Estado, com mais de vinte mil habitantes.

Art. 2º - Cada Delegacia da Mulher poderá compor espaço físico conjunto à Delegacia Policial porventura existente no município, contudo, deverá ocupar espaço reservado, com entrada e saída completamente em separado desta, garantindo-se privacidade aos que se dirijam àquela especializada.

Art. 3º - O Poder Executivo Estadual regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua promulgação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Com a crescente onda de violência que assola as cidades deste País, agravada com a situação político-social e financeira da grande maioria da população, é necessário providenciar meios a que a mulher, quando atingida em sua integridade física, possa procurar e receber a ajuda e socorro.

A instalação de atendimento especializado para a mulher paranaense é necessidade premente, devido aos grandes índices de violência cometidos contra as mesmas, diariamente noticiados nos meios de comunicação.

As Delegacias de Mulher, por serem um ambiente destinado ao atendimento dos

Curitiba, terça, em 09.11.93

problemas enfrentados pelas mulheres, propiciam que as mesmas sintam-se mais à vontade para recorrer e denunciar os maus tratos que possam estar sofrendo, facilitando o acesso e promovendo a devida reparação.

Por todos estes motivos, e por ser esta uma justa reivindicação, pedimos o apoio dos nobres parlamentares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 651/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Será adotada uma política de isenção gradativa no pagamento do ICMS para as empresas que contratarem para o seu quadro funcional, um número regulamentar de mulheres.

Art. 2º - O desconto concedido pelo Estado no ato do recolhimento do ICMS por parte das empresas será feito através de uma Planilha Oficial que o estabelecerá, baseada no número de contratações de mulheres e o valor total a ser pago.

Art. 3º - Compete à Secretaria de Estado da Fazenda a elaboração da Planilha contendo os índices percentuais de desconto a serem aplicados proporcionalmente nas empresas.

Art. 4º - A redução do valor a ser pago obedecerá os critérios estabelecidos e regulamentados através do Poder Executivo.

Art. 5º - O Estado terá 180 dias a partir desta data, para estabelecer os índices oficiais de desconto proporcional ao número de contratação de mulheres.

Art. 6º - As contratações a que se refere esta lei, envolvem todas as demais efetuadas antes desta data.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, ora submetido à apreciação desta augusta Casa, tem o objetivo de estimular a contratação de mulheres por parte das empresas, uma vez que tal prática foi sensivelmente prejudicada após a promulgação da nova Constituição, em virtude dos incentivos e benefícios que a mesma concedeu às mulheres, principalmente a licença-maternidade.

A redução gradativa do pagamento de ICMS, tendo por variação a contratação de um número maior de mulheres para o preenchimento do quadro funcional da organização contribuiria sensivelmente para solucionar o problema sentido na atualidade e traria maiores perspectivas para as mulheres no que tange à sua vida profissional, de acordo com o que preconiza o inciso XX,

do Artigo 7º da Constituição Federal, em seu Capítulo II - "DOS DIREITOS SOCIAIS" - "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social: proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;".

Cientes da sensibilidade dos nobres Pares com assento nesta Casa para a relevância desta proposição, esperamos sua apreciação e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 652/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada "Rodovia Januário Chiulli", o trecho compreendido entre o trevo de acesso à PR-468 (Janiópolis - Boa Esperança), saindo da BR-369 (Campo Mourão - Cascavel) até a BR-272 (Campo Mourão - Goioerê).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Januário Chiulli foi um desses exemplos de vida que se tornam marcantes e dignos de ser imitados. Nascido em Guaxupê (Minas Gerais) em 28 de junho de 1910, deixou para a região de Janiópolis um legado de lutas e a marca de um pioneiro desbravador, que ajudou a fazer daquele município o que hoje é e representa, pois quando iniciou suas atividades profissionais junto àquela comunidade, lá existiam apenas três casas.

Participante ativo de todos os ciclos do progresso naquele chão que pisava, Januário Chiulli presenciou e estimulou o ciclo da madeira, do café, mas principalmente, do movimento que buscava a emancipação político-administrativa do então Distrito de Pinhalzinho, hoje, Janiópolis.

Profissionalmente, atuou no ramo comercial de cereais e na agropecuária, deixando o seu trabalho como legado a ser seguido pelos filhos Valdir, Orestes, Armando, Luiz, Elias, Janete, Eduardo e Leonardo, frutos dos três casamentos que se sucederam: Olívia, Alaíde e Alice.

O tempo passou, a cidade cresceu; mas a memória de Januário Chiulli permanece viva em cada um daqueles que tiveram o privilégio de desfrutar da sua convivência.

Portanto, usando das atribuições que nos confere o Poder Legislativo, apresentamos o presente projeto como homenagem simbólica a este homem, imortalizando-o com seu nome em uma rodovia.

PROJETO DE LEI Nº 653/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à iniciativa privada a exploração de balsas, no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A exploração de que trata o artigo supra, deverá obedecer aos critérios estabelecidos pela Secretaria de Transportes do Estado do Paraná, Capitania dos Portos, bem como pelo Ministério da Marinha.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o transporte por intermédio de balsas, vem apresentando, para desagrado dos usuários que não dispõem de outra alternativa, alguns problemas, como a morosidade, o que denota uma certa ineficiência, faz-se necessário conceder à iniciativa privada a exploração de balsas. Evidentemente tal exploração se fará de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria de Transportes do Estado do Paraná, Capitania dos Portos de Paranaguá e Antonina, bem como pelo Ministério da Marinha.

Dessa forma espera-se que haja uma melhora considerável no transporte de balsas, minimizando inclusive os seus custos, com redução no frete, beneficiando assim a todos que utilizam este serviço.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor

Presidente é com muita satisfação que registramos a presença dos estudantes do colégio Júlio Cesar - do Município de Rebouças e que tem como Diretora a Professora Iara Regina Krol e Professores que estão acompanhando: Luiza Andrade, Maria Clarice de Andrade, Félix Spragia e Gilberto Zanin. São alunos da terceira série de Contabilidade e Magistério do Município de Rebouças. A presença dos estudantes de Rebouças e dos Professores é uma honra para nós recebê-los aqui. Muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Fica registrada a presença dos estudantes e professores. No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho aqui hoje, Senhor Presidente, para fazer um comentário sobre notícias veiculadas na Imprensa do Paraná inteiro em relação a uma reunião do PMDB ocorrida na cidade de Cascavel, sexta-feira próxima passada.

O que se divulgou na Imprensa, Sr. Presidente, foi que o PMDB do Oeste do Paraná e do Sudoeste rechaça a aliança e a coligação proposta pelo Governador Roberto Requião entre o PMDB e o PP, em relação à próxima eleição para Governador do Estado.

Quero fazer um informe a esta Casa: daquela reunião não participei, como não participei em 30 municípios que representamos no Oeste e Sudoeste. Discordamos frontalmente de um documento que lá saiu, porque entendemos que a elaboração daquele documento atendeu a pessoas, muitas delas, que não têm autoridade suficiente para falar em nome do PMDB do Oeste e Sudoeste do Paraná. Disseram estas lideranças no documento que divulgaram à Imprensa que não queriam e que não querem a coligação do PMDB com o PP visando as eleições do ano que vem. Não é este o pensamento do PMDB que milito, Sr. Presidente! Não é este o pensamento dos Prefeitos e dos Vereadores que representamos e com quem militamos politicamente há tantos anos.

Temos na pessoa do nosso ex-Governador Álvaro Dias um grande líder, respeitável líder, um homem de mãos limpas e que governou este Estado com sabedoria e decência. E o PMDB que represento, no Oeste e no Sudoeste do Paraná, não só luta pela coligação como quer o nosso ex-Governador liderando a chapa majoritária ao Governo do Estado.

Por isto não posso concordar que problemas pessoais, de pessoas sobretudo do Oeste do Paraná e do Sudoeste, possam querer prejudicar uma aliança política, administrativa e doutrinária que se estabeleceu em nosso Estado entre o PP, Partido Progressista, e o PMDB!

Não posso concordar, Sr. Presidente, porque não é isso que falam as bases do PMDB! Não é isso que dizem os nossos líderes companheiros prefeitos e vereadores, companheiros militantes que vêm na pessoa deste grande líder que é o ex-Governador Álvaro Dias e que sem sombra de dúvidas, representa uma alternativa de alcançar o poder novamente no Estado do Paraná pela gestão extraordinária que fez no período de 86 a 90, porque é dessa forma que venho hoje nessa Tribuna, para contestar, para replicar aquelas lideranças muitos dos quais respeito, outros nem tanto, porque não têm o peso do voto, não enfrentaram eleições para querer falar em nome do nosso partido. E esta manifestação não é só minha, a manifestação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma manifestação que

surge do fundo da alma de todos os nossos companheiros do Oeste e do Sudoeste do Paraná, companheiros que tiveram desentendimentos e divergências políticas com o poder em diversos municípios da nossa região, mas que, pela inteligência e sabedoria das nossas lideranças irão trabalhar juntos, irão somar esforços no sentido de no ano que vem conquistarmos mais uma vez o Palácio Iguazu através do nosso companheiro Álvaro Dias que é o nosso ex-Governador, grande liderança e que impulsionou aquelas duas regiões rumo ao desenvolvimento e ao progresso. Esta manifestação tinha que fazer, até para dar uma satisfação aos companheiros que juntos fazemos da política o nosso trabalho e o nosso idealismo, não poderia me omitir de responder a pessoas que usam indevidamente a imprensa para tentar prejudicar uma aliança que está dando certo no nosso Estado, prejudicar uma composição política que está dando certo no Paraná e que haverá de dar mais certo porque no ano que vem, não tenho dúvidas, iremos, novamente eleger o Governador do nosso Estado.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE B. TURRA - Senhor Presidente, Srs. Deputados, o desencadeamento do debate em torno das eleições de 1994 é tarefa a ser imediatamente encaminhada no interior do PMDB e junto aos nossos aliados no campo democrático. Entre os aliados tradicionais do PMDB enumero o PT, o PSDB, o PPS, o PC do B, o PSB, o PCB, o PP, e segmentos do PDT e de outras agremiações como é o caso do PF. O PMDB não é a frente, no entanto, é uma expressão e é a expressão mais refinada da frente política que se construiu nesse País na busca da sua democratização.

Entendo que nas conversações do PMDB com as demais agremiações rumo a uma frente única, devem estar incluídos os seguintes pontos como critérios para as coligações e alianças partidárias. É preciso, em primeiro lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o nosso Partido possa encaminhar com seriedade e firmeza uma discussão sobre a conjuntura política nacional, a conjuntura política do Estado assim sobre a conjuntura política internacional. É preciso, também, que possamos definir com clareza os critérios para as coligações e para as alianças partidárias, e sobretudo, é preciso que possamos definir um programa mínimo, tanto para a Reforma Constitucional, na qual insiste vastos setores, em especial os conservadores no nosso País, como também para a ação do novo Governo e

das novas legislaturas a partir de 1995.

É preciso, portanto, Senhor Presidente, que possamos ser capazes de encaminhar uma discussão correta e ampla sobre programa de governo, sobre ação das próximas legislaturas e sobre os critérios que devem, necessariamente, orientar as alianças políticas do nosso partido com as demais agremiações partidárias.

Qualifico como essencial e inadiável a formação da frente única das forças democráticas e populares no Paraná, como contraponto à poderosa articulação de lideranças conservadoras e grupos econômicos hoje em marcha em nosso Estado, acrescentando que "teremos um adversário determinado e extremamente bem articulado, que testou com enorme sucesso na Capital paranaense, suas técnicas de mistificação e manipulação da opinião pública."

Advirto que, no Paraná assistimos ao surgimento de uma direita mutante, que requer novas formas de enfrentamento por parte das forças populares, com mudanças de linguagem de posturas e atitudes, além de uma renovada atenção para a importância das ações no plano psico-social, justamente aquele em que hoje se travam as mais decisivas batalhas políticas.

"A seriedade, a autoridade, os extraordinários programas sociais e da ação estrutural que vêm caracterizando os três mandatos estaduais do PMDB no Paraná são dimensões necessárias de nossa luta pela realização dos direitos da cidadania - mas não são suficientes para nos assegurar a hegemonia duramente conquistada. O PMDB a administração estadual e todo o amplo espectro das forças populares precisam repensar com urgência seu discurso nas áreas chamadas superestaduais, como a cultura, a comunicação social, a política de ciência e tecnologia. O planejamento do espaço agrário, os vetores da política universitária estadual. Nosso adversário em 94 tem voz de sereia e os tentáculos de uma superpotência financeira."

Esta Senhor Presidente, e Senhores Deputados, é a manifestação que fiz há já longos meses, ao defender a formação no Estado do Paraná de uma frente única capaz de articular o conjunto das forças democráticas e populares compromissadas com a implementação e o aprofundamento das transformações iniciadas no pós-83 no Estado do Paraná.

É dever, e na condição de dirigente do PMDB no Estado, observo com apreensão os equívocos, as vacilações de alguns setores do interior do meu partido fazem transpor para a opinião pública sem que tenha o PMDB ainda formulado o seu programa de Governo para o próximo período, sem que tenha esgotado a sua tarefa de redefinição do programa partidário cuja aprovação de-

verá operar no primeiro semestre do próximo ano. Sem que o partido ainda disponha das necessárias pesquisas de opinião pública que possam orientar e instruir o processo decisório no PMDB, alguns, equivocadamente, fazem anteceder a questão do programa e da discussão ideológica, a discussão em torno de candidaturas.

Sem que tenhamos ainda costurado à frente ou ao menos tenhamos estabelecido negociações e discussões com o conjunto das forças políticas que se pretende integrem esta frente.

Alguns setores se encarregam de estabelecer vetos a esta ou aquela candidatura.

Os critérios para escolha pela frente de uma candidatura ao Governo do Estado, como também a vice governança e ao Senado da República, assim as eleições proporcionais devem evidentemente ser feita em cima de critérios, que levem em conta a trajetória de cada um dos candidatos e seus compromissos com a luta democrática, com as transformações, a providade, a capacidade de levar a cabo esses programas e sobretudo os seus compromissos com o Estado e com o País.

Observo ainda com maior apreensão, Senhor Presidente, que alguns setores que sei, sinceramente, estão empenhados na construção de um projeto popular para o Estado e também para o País, estabelecem nesta hora vetos a candidaturas que tradicionalmente sempre se situaram no campo popular e democrático em nosso País e em nosso Estado.

É assim que sem nenhum constrangimento, por uma análise objetiva da realidade que aí temos, a realidade de nossos dias de conjuntura, não tenho dúvida em afirmar que se tivesse à frente das forças políticas e democráticas de decidir-se por uma candidatura à Presidência da República, como também ao Governo do Estado do Paraná e ao Senado a frente ampla pelas transformações do País decidiria pela candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República e de Álvaro Dias ao Governo do Paraná.

Nenhuma dúvida tenho, de que pelo conjunto e o acúmulo que cada uma das agremiações de forças políticas conseguiu adquirir ao longo desse período mais recente na vida do País, nós teríamos a partir da construção pela base no Paraná a possibilidade de aprofundar as transformações e no País iniciá-las.

No entanto e aqui lanço uma palavra aos meus companheiros e amigos do PT, tenho acompanhado com muita atenção o debate no interior do PT sobre a questão sucessória estadual e nacional e não posso deixar de verificar uma incorreção, que aliás, em minha opinião foi responsável, em parte,



pela derrota a que foi submetido Luiz Inácio Lula da Silva, nas últimas eleições presidenciais.

Os vetos, as restrições e a estreiteza no campo popular e democrático faz abrir o fosso e a divisão no interior e no campo democrático e amplia extraordinariamente as possibilidades de tradicionais adversários e inimigos das causas populares.

É assim que embora estivéssemos em 89 engajados na campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, embora tivesse o então Governador do Paraná Álvaro Dias depositado o seu voto em relação ao seu apoio se estabeleceram restrições. E no quadro atual é dever, Senhor Presidente, que as eleições vão se processar em dois turnos, isso no entanto, não quer significar que para marcar pura e simplesmente uma posição no primeiro turno todos os partidos devam lançar candidatos próprios. Nós temos um quadro que é um quadro objetivo, no plano da esquerda nacional, no plano das forças democráticas e populares, constrói-se uma candidatura às alternativas do Paraná, à alternativa Roberto Requião a Presidência da República, à alternativa Álvaro Dias, mas há no plano nacional transcendendo as fronteiras do Estado a candidatura de Luiz Inácio. Muito bem, reconhecemos isto, e estamos dispostos a debater objetivamente esta possibilidade; mas creio é nosso dever reivindicar que esta maturidade e amplitude também se projete nos atos e nas ações próprias dos companheiros do Partido dos Trabalhadores, como também das demais forças políticas situados no campo democrático.

E aqui Senhor Presidente quero ainda objetivar mais as razões desse meu pronunciamento. Rumo a 1990 se estabeleceu no interior do Partido Democrático Trabalhista um longo, exaustivo e desgastante debate sobre as posições daquele Partido naquelas eleições. Esse debate era um debate artificial, foi um debate provocado por forças alheias a estrutura do PDT e terminou por gerar gravíssimos problemas ao PDT naquele processo, que se decidiu...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - O seu tempo está encerrado, concedo um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Solicitaria ao nobre Deputado Alceu Swarowski da possibilidade de uso do horário da Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sendo concedido o horário da Liderança do PSDB o nobre Deputado terá mais sete minutos e trinta segundos.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - O PDT foi

àquelas eleições com uma posição oficial de apoio ao ex-Governador José Richa, no entanto sofreu dissidências generalizadas no interior da sua estrutura, não conseguiu caminhar para aquelas eleições reunindo as forças e os instrumentos de que disporia em outras condições. Em outras palavras: provocou-se artificialmente, e talvez o equívoco de alguns setores no interior do próprio Partido, tenha determinado fracionamento do partido naquele processo. E isto veio no interesse direto da candidatura do nosso Partido naquelas eleições. Por óbvio a divisão do PDT fez favorecer a vitória do nosso candidato, hoje Governador, Roberto Requião.

Não posso deixar de observar uma certa semelhança que não tem ainda, e espero não venha a ter, e daí o nosso esforço pela unidade Partidária, a amplitude, as dimensões e repercussões que tiveram as dissidências próprias do PDT nas eleições de 90. No entanto, é dever que inúmeros setores que hoje estabelecem restrições a nossa coligação com o Partido Progressista, e via de consequência estabelecem restrições a nossa viabilidade na atual quadra nesse próximo processo, estiveram empenhados em projetos que não guardam de modo nenhuma identidade com o nosso projeto. Vejo nessas articulações muitos vinculados ao Senador Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, muitos que emprestaram o apoio ao Ministro Senador José Eduardo de Andrade Vieira nas últimas eleições, quando detinha, e tinha, e apresentou ao PMDB do Paraná o seu candidato, Waldir Pugliese ao Senado da República. Não posso deixar de observar Senhor Presidente uma conexão e uma articulação que contraria a unidade do nosso Partido e o nosso programa, quando na coordenação de uma dissidência, porque não há outro nome para isto, já que o Partido não tem ainda um programa, e não tem portanto critérios para estabelecer marcos de divisão, que na minha região, no oeste do Estado, um dos que esteja a coordenar essa pretensa dissidência, que não tem fôlego na direção do Partido, nem nas suas estruturas, era o mesmo que no 2º turno das eleições coordenava a campanha de José Carlos Martínez ao Governo do Estado. E pude, aliás, em relação a esse senhor desmascará-lo publicamente, ex-Secretário do Interior, Airton Reis, pude desmascará-lo publicamente em reunião Partidária no Município de Marechal Cândido Rondon há menos de 60 dias. Como também observava com histeria a manifestação da Vereadora daquela região, que advogava candidatura própria do PMDB quando ela própria, no seu município, havia apoiado uma coligação liderada pelo PDS. Também tive oportunidade de desmascará-la e demonstrar que os interesses do partido não podem ser subju-

gados pelos interesses de nenhuma outra agremiação.

O PMDB está se conduzindo, e vai conduzindo, e vai continuar se conduzindo na função dos interesses do seu programa do Estado e do País. Ao menos a fração que representamos no interior do PMDB o fará. Ao menos a sua direção atual o fará.

A discussão que estamos estabelecendo com os companheiros das demais agremiações políticas, com os companheiros do PP, da Frente Liberal, do PSB, do PC do B, como também do PT, que teremos reunião própria, são reuniões que se estabelecem na função de interesses e objetivos programáticos. A nossa atenção eventual a uma candidatura de outro partido e esta decisão deverá se dar na função de pesquisa de opinião pública, na função de consulta objetiva aos órgãos e instâncias partidárias, vai se fazer em estrito cumprimento e observância aos interesses do partido.

Quero, ainda de modo mais objetivo, que é de todo incabível, este é o apelo que lanço aos colegas parlamentares que integram a Frente que foi responsável pela vitória de Richa em 82, de Álvaro em 86 e de Requião em 90, porque há uma conexão de coerência entre estas três eleições. É de meu dever reivindicar o tratamento mais respeitoso, mais cortês, mais amplo e correto e único admissível para a atual quadra ao ex-Governador Álvaro Dias. As pesquisas de opinião têm indicado uma preferência, em grande parte dos municípios paranaenses, colocando-o na dianteira nas pesquisas de opinião. Por si só, este não é um critério definidor. Em outros momentos tivemos também lideranças que reuniam a mesma base popular e nem por isto credenciadas.

Mas evoco aqui alguns fatos. A publicidade e gratuidade nas universidades, histórica luta do movimento democrático brasileiro, só foi possível e só se estabeleceu objetivamente no Governo entre 87 e 90. A publicidade e gratuidade das universidades têm grande alcance. Como grande alcance também teve o enfrentamento singular, pioneiro e escoteiro que este período de gestão fez e deu aos "lobbys" de empreiteiros atuantes no ramo da construção civil e hidrelétrico.

Todos se lembram, e até hoje os reflexos da reação de um empreiteiro por todos os títulos comprometido com os desmandos que deu a sua sucessão, rompendo um amplo irresponsável atacar a figura do ex-Governador que foi o único que lhe deu combate ao ponto de a própria Vereadora Nely Almeida reconhecer, em testemunho que me fez, que muito se podia dizer de Álvaro Dias, mas algo não se podia dizer em relação a ele. Não lhe faltava honorabilidade, nem coragem política, para enfrentar um

esquema de corrupção que sempre teve sustentáculo extenso no Estado e no País.

Como também, e aqui concluo, poderia mencionar inúmeras outras gestões e atos objetivos que credenciam não o ex-Governador necessariamente ser o candidato ao Governo do Estado do Paraná, mas que o credenciam a liderar o processo de discussão no Estado e no próprio País, na função dos interesses próprios do Estado e do próprio País, e que necessariamente Senhor Presidente, a presença do ex-Governador Álvaro Dias nesse debate, e não é a minha palavra ou não é a palavra de alguns que o credencia. É a sua história. Tenho com ele divergência quanto a determinados enfoques sobre políticas gerais, no entanto, devo reconhecer nele, a liderança da campanha pelas diretas para a Presidência da República no Estado do Paraná, devo reconhecer nele um conjunto de conquistas objetivas do ponto de vista dos interesses democráticos e populares do nosso Estado e sobretudo, devo reconhecer nele, a grandeza histórica em ter dado o encaminhamento que deu à sua sucessão, rompendo um amplo espectro de forças que desejava assaltar o Palácio Iguaçu, convertendo-o no palácio da corrupção e do entreguismo.

É assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que reafirmo aqui em nome do meu partido e no uso do horário da liderança do PMDB, os nossos compromissos de aprofundar o debate e de fazer construir um amplo espectro de forças que seja capaz de assegurar o aprofundamento das transformações iniciadas em 1982 e é assim que com esse amplo espectro nós vamos fazer assegurar os direitos da cidadania e impedir que o Estado do Paraná se converta numa sucursal de todos esses esquemas de gatunagem e roubalheira que assaltaram o País afora.

Era o esclarecimento, eram as declarações.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente também no horário da liderança do PTB, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Não sei se hoje teremos a votação ou não do projeto 039/93, de autoria do Senhor Governador do Estado do Paraná que, através da sua Mensagem 039, objetiva criar na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento da Polícia Civil, 150 cargos em Comissão, com a denominação de Assistente de Segurança Pública e simbologia 9-C, com pareceres favoráveis da C.C.J., da Comissão de Fi-

nanças e contrário da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Não tive oportunidade ontem de apertar o Deputado Toti Colaço, nosso amigo que muito dignifica esse parlamento, mas tive a oportunidade de ouvir o Deputado Algaci Túlio, Presidente da nossa Comissão de Segurança Pública, Deputado Paulo Maia, Líder do PDT nesta Casa e nem eu, nem o Deputado Paulo Maia, nem o Deputado Algaci Túlio, nem o Deputado Luiz Henrique Bona Turra, somos contrários à geração de empregos no Estado do Paraná. É claro que sonhamos com um Paraná que caminha de encontro ao seu grande destino. É claro que sonhamos com um Paraná de geração de empregos, mas esse projeto, no meu entender, afronta a classe dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná, principalmente aqueles que sentaram no banco de uma Universidade, conseguiram se formar, depois prestaram um concurso, entraram na academia da Polícia, se prepararam para exercer a função de um Delegado chefe de uma sub-divisão ou de um delegado de qualquer padrão de uma delegacia de qualquer cidade do Estado do Paraná. Por quê? Achei até lindo o nome criado nesta mensagem Assistente de Segurança. Propriamente diríamos, o Delegado "calça curta". Aquele que muitas vezes não distingue "autoridade de autoridade", esta é a verdade, esta é a realidade. Por isso que às vezes quando os grandes jornais do meu Estado publicam que um Delegado do interior do Estado do Paraná, como recentemente na nossa região, - e tenho aqui o testemunho do Deputado Severino Félix que não vai me deixar mentir pelo seu caráter e pela sua decência - eu noticiava que um Delegado lá da Região de Santa Cecília, por aquele lado lá, o Senhor se lembra, não era Delegado de carreira, usava o fusquinha da Delegacia para vender porco, frango, cabrito. Ora, isso é uma afronta, carro da Polícia é para estar na frente de delegacia para atender os anseios da comunidade, V. Exa. sabe disso, a Folha de Londrina publicou, os outros grandes jornais do Paraná, se não me falha a memória, a Folha de Londrina e a Tribuna do Paraná publicaram na época que o Delegado "calça curta" de Santa Cecília do Pavão usava, naquela época, o carro, Deputado Colombino, para vender frango, porco, cabrito, fazia matança no fundo da casa dele e usava o carro da polícia para vender no atacado e no varejo um pedacinho de porco, frango, leitoa, etc., não fica, isso desmerece Deputado Ernani, V. Exa. que é advogado que cursou uma universidade, isso desmerece a verdadeira classe dos causídicos que adentram, fazem um concurso, entram pela porta da frente para exercer a função de um Delegado de Polícia em

Curitiba, ou na minha Londrina, ou em Cambé, ou em Rolândia, ou em Araucária, ou em S. J. dos Pinhais, ou Ivaiporã, ou em Almirante Tamandaré, terra do futuro Prefeito Algaci Túlio.

É interessante que a gente sente que não somos contra, Deputado Annibelli, não somos contra a criação de empregos, acho que 150 cargos de Delegados "calça curta" no Estado do Paraná, poderia dar uma idéia, uma sugestão como disse ontem o Deputado Paulo Maia, como disse ontem o Deputado Algaci Túlio, como disse o Deputado Luiz H. Bona Turra, eu e outros Parlamentares, poderíamos abrir concursos para que brilhantes advogados que estão saindo das universidades e às vezes não encontram guarida ao montar o seu escritório ou na sequência da sua caminhada pelo mundo da advocacia, seja ela criminal ou cível.

Então com a abertura de concursos, daríamos oportunidades para que ele prestasse o concurso e teríamos, então, 150 novos Delegados de Polícia no Estado do Paraná, teríamos 150 novos advogados exercendo o cargo de Delegado de Polícia da Polícia Civil do Estado do Paraná.

De que adianta o Secretário de Segurança, com todo o respeito, Dr. Moacir Favetti, estar peregrinando o Estado do Paraná de Norte ao Sul e de Leste a Oeste, falando sobre segurança, falando dos objetivos do Governo do meu Estado, Dr. Roberto Requião de Mello e Silva, falando dos seus anseios, da sua vontade de colocar em pauta o seu projeto na área de segurança; de que adianta o Secretário, Dr. Moacir Favetti, nesta sua peregrinação, nesta sua caminhada de Norte a Sul, de Leste a Oeste, falar sobre a segurança, se o Governo pede que nós aproveemos nesta Casa a criação de 150 cargos para Delegados "calças curtas" no Estado do Paraná.

Ora, Deputada Emilia Belinati, Tamarana não merece isso. Tamarana já merece, a Senhora concorda comigo, a Senhora que vive Londrina como eu vivo sabe que Tamarana precisa de um delegado de carreira, por que não! Porque muitos outros distritos que temos no Estado do Paraná, muitos outros municípios, tantos outros distritos que o Deputado Kielse na sua caminhada pelo Paraná também gostaria de ver um Delegado de carreira. Vossa Excelência não gostaria Deputado Kielse, de ver nos seus municípios um Delegado de carreira com viaturas, com assistentes-sociais, com psicólogos, com uma central de abastecimento. Em vez da viatura vir para cá para consertar um platinado, teríamos as centrais de abastecimento nas microrregiões para atender a essas viaturas. É um projeto, é um sonho meu que eu tanto lutei na legislatura passada e não vou deixar de

continuar lutando para que as minhas idéias cheguem e abram a cabeça desse futuro governo, seja ele Álvaro Dias, seja ele Jaime Lerner, seja ele José Eduardo de Andrade Vieira, seja ele Ernani Pudell, seja ele José Richa ou seja qualquer que for o candidato.

Vejam bem, o Líder do PMDB nesta Casa, Deputado Renato Adur, afirmava, ontem, que poderá pedir a retirada desse projeto por dez sessões ou até que Sua Excelência Roberto Requião, o Governador, retorne de sua viagem da Europa e que as lideranças, eu senti isto no Deputado Renato Adur, eu acredito que ele convidará o Deputado Paulo Maia, o Deputado Colombino, o Deputado Dirceu Manfrinato, o Deputado Nilton, o Deputado Basílio Zanusso, o Deputado Ovídio Constantino, Deputado Erondy Silvério, Deputado Alceu Swarowski, enfim, todas as bancadas para irem ao Palácio e discutirem esse projeto, o que poderia ser modificado nesse projeto. Mas até que isso aconteça, nós, Deputado Paulo Maia, Líder do PDT, Deputado Algaci Túlio da Bancada do PDT e este Deputado demos entrada nesta tarde, permitam-me falar em nome dos Senhores, em duas emendas para esse projeto. Pelo amor de Deus entendam! Eu sei que aparecem constantemente em Londrina no meu escritório, no meu gabinete onde eu trabalho ao lado da TV Tropical pessoas dizendo: Deputado, eu queria entrar para a polícia, eu queria ser contratado como CLT. E eu respondo:

- Mas o Senhor entende de polícia, meu filho, você sabe o que é polícia?

- Não, mas a gente aprende.

Não é por aí. Aqui nos nossos gabinetes sempre chega, eu tenho certeza de que chega no gabinete dos Senhores, vários indivíduos pedindo:

- Olha, eu queria entrar na polícia, eu tenho sonho de ser policial.

- Calma, meu filho. Para ser policial você tem que frequentar uma academia, você tem que prestar um concurso. Não é desta maneira Deputado Toti, por favor entenda a minha sugestão. Eu não sou contra a geração de empregos. Nem eu, nem o Deputado Paulo, ninguém neste Parlamento é contra a geração de empregos. Nós queremos empregos, gerar empregos é de fundamental importância neste momento terrível porque atravessa o meu Estado e o meu País. Então temos as duas emendas, primeira: "Os Assistentes de Segurança Pública - como consta no Projeto - admitidos, deverão ser submetidos a um curso de habilitação específico à função fornecido pelos órgãos competentes de segurança pública com duração de pelo menos dois meses". Esta emenda é minha, do Deputado Paulo, do Deputado Algaci, nossa, Deputado Toti. Como é que vamos contratar um ser humano que não sabe

o que é uma delegacia de polícia? O que é uma máquina de escrever? O que é um Instituto Médico Legal? Como é que ele vai atender uma ocorrência? Quando houver uma chamada como é que ele vai chefiar a sua delegacia como assistente de segurança se ele nunca viu uma delegacia de polícia na sua frente!

Por isso vou um pouquinho mais além. Eu acho que deveríamos ter uma academia não só aqui em Curitiba, nós deveríamos ter uma academia lá em Londrina para formar policiais, lá em Cascavel para formar policiais, lá no Sudoeste para formar policiais. Nós deveríamos ter academia de polícia nas grandes subdivisões do Paraná para formar os policiais. E esta emenda - do Deputado Paulo, do Deputado Algaci, do Deputado Alborghetti não é nossa, é deste Parlamento. No mínimo dois meses de instrução. Primeiro, o senhor quer ser Assistente de Segurança, então o que é Assistente? Polícia Técnica? Polícia Científica? O que é um escrivão, um carcereiro, um superintendente policial? Ora, ele tem que aprender. Ele tem que aprender o Código Penal Brasileiro. Ele tem que conhecer os artigos! Ele tem que ter uma noção do Código Penal. Ele tem que ter uma noção do que é a Constituição Brasileira. Ele tem que saber que nós temos uma Constituição. Ele tem que ter em cima da sua mesa a Constituição e o Código Penal.

A segunda emenda elaborada pelo Deputado Paulo Maia e pelo Deputado Algaci, que me convidaram para assinar, e a minha que nós três achamos que há necessidade e o Deputado Toti concordou comigo - do curso. Mas o Deputado Paulo Maia foi mais além, são requisitos necessários Senhores para o ingresso no cargo de Assistente de Segurança, primeiro: "Comprovação de escolaridade mínima de 2º grau, completo ou equivalente.

Deputado Toti, o Senhor há de concordar comigo que um agente chegue, o senhor dá entrada de um papel, às vezes, não o posso culpar pois ele é um semi-analfabeto, mas pelo menos tem que ter o segundo grau completo para ser um agente, como diz aqui o Senhor Governador, Assistente de Segurança Pública. E segundo: eu, para tirar a minha carteira de motorista, tive que me submeter ao Psicotécnico. Então como o Delegado de carreira se submete no seu curso ao exame Psicotécnico, nós também temos que ter na emenda que estamos entrando, eu, o Deputado Paulo Maia e o Deputado Algaci, a emenda é nossa, é da Assembléia, é de todos os Senhores, há necessidade da escolaridade de segundo grau ou equivalente e a submissão ao exame Psicotécnico. Só que: "faz-se necessário a observância mínima destes requisitos a fim de obter maior segurança e conhecimento

exigidos o desempenho das atividades dos novos Assistentes de Segurança".

Em função da apresentação desta emenda isto não quer dizer que vai mudar a minha maneira de pensar, a maneira do Deputado Paulo, a maneira do Deputado Algaci e outros Parlamentares que este Projeto é inconstitucional. Mas estamos dando idéia...

O Sr. Toti Colaço - Um aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Estamos dando idéias. Idéias! São idéias que têm que ser plantadas neste projeto, caso contrário, Deputado Toti, nós vamos contratar pessoas que não serão preparadas para exercer o cargo e carregar uma arma, meu Deus do céu!

Lembrem-se do finado Heitor Alencar Furtado Filho.

(É-lhe tirado o som)

Concedo aparte ao Deputado Colombino primeiramente, Deputado Toti, depois passo a Vossa Excelência.

O Sr. Colombino Grassano - Senhor Deputado, por mais boa vontade que tenha a Liderança do Partido Democrático Brasileiro, por mais boa vontade que tenhamos todos nós este projeto não pode ser votado. Isto é objeto de Lei Complementar, não é o objeto de Lei Ordinária.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Mas nós vamos perder!...

O Sr. Colombino Grassano - Não podemos realizar um milagre de transformação de uma Lei Ordinária proposta pelo Governador do Estado em Lei Complementar.

Então o que ocorre é que o Senhor Governador - e Vossa Excelência tem feito discursos aí de maneira brilhante - os Votos do Governador sobretudo para ele é inconstitucional e Vossa Excelência tem sido brilhante, seus discursos têm sido vibrantes e que chamam a atenção de todos os Deputados. Ele que diz que tudo é inconstitucional e remete para a Assembleia Legislativa uma Mensagem totalmente inconstitucional que é matéria, repito, de Lei Complementar e não de Lei Ordinária. Então, não adianta esse esforço nosso. Se prevalecer a vontade da maioria desconhecendo a realidade, a parte constitucional, a parte legal, então, esta Casa pode fechar, nós não temos mais o que fazer na Assembleia Legislativa e o Governador passaria a governar sob o regime de decretos.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Muito obrigado. Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Luiz Carlos Alborghetti, quero cumprimentar Vossa

Excelência mais uma vez pelo seu pronunciamento sempre brilhante quando vai à tribuna, e pelo qual tenho respeito e admiração.

Quero cumprimentar Vossa Excelência pelas emendas que está colocando neste projeto de lei e ontem mesmo Vossa Excelência já fazia este alerta da necessidade de um curso preparatório de dois ou três meses para o pessoal que vai ocupar estes cargos. Eu só tenho que cumprimentar Vossa Excelência pela idéia e pelas emendas que está colocando a este projeto de lei. Independente do posicionamento da bancada eu, particularmente, quero adiantar que estarei votando favoravelmente à Emenda.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Muito obrigado, a Emenda é minha, é do Deputado Paulo Maia, do Deputado Algaci mas não é nossa, é de Vossa Excelência, é dos Deputados que querem realmente segurança com "S" maiúsculo neste Estado do Paraná. É uma observação porque realmente há necessidade dessas duas emendas.

Segurança que eu entendo é segurar, é dar tranquilidade, não levar intranquilidade à família brasileira do meu Estado.

Concedo aparte ao Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Concordo integralmente com as argumentações de Vossa Excelência, mas temos que reconhecer que talvez poucos aqui perceberam o espírito do projeto.

São cento e poucos cabos eleitorais que conhecem o trabalho via de regra desses chamados Delegados Calça-Curta, sabem que eles se prestam a, na verdade, fazer um serviço ao chefe político, ao cacique político que apadrinhou a sua nomeação.

Vão ser devidamente utilizados no processo eleitoral para aterrorizar a oposição para criar inquêritos, criar situações embaraçosas àqueles que desagradam o cacique político que nomeou e para acobertar aquilo que interessa também ao cacique.

De modo que eu entendo que esse projeto, ele está inclusive viciado pela imoralidade, que é mais grave, as más intenções subliminares que existem nesse projeto e falta um critério, explícito, que deveria ter sido colocado, o adiamento para admissão que será o verdadeiro critério que vai nortear, que é a ficha de serviços prestados ao partido que está no poder.

Eu só cito um exemplo, Cascavel nós temos uma delegacia, um distrito policial no Bairro São Cristóvão, toda equipada, montado o equipamento e não funciona por falta de detetive, por falta de delegado. Nós tínhamos problemas gravíssimos na área da polícia técnica, do IML, carência de

peçoal, que são aliás, ao par, exatamente, dos funcionários da Receita Estadual, são os profissionais da área de segurança aqueles que têm um caráter de limite de carreira e como tal deveriam ser profissionais qualificados, concursados e que pudessem seguir as suas respectivas carreiras, é isso que a segurança pública do Paraná está precisando. Recursos humanos qualificados que ingressaram pela carreira por concurso sem influência política, com a qualificação técnica necessária para o desenvolvimento das suas atribuições.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência, quero me somar ao seu pronunciamento é um absurdo que nós tenhamos que estar discutindo uma matéria dessa natureza.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para dizer o seguinte: peço a Deus - acredito muito em Deus, em Cristo - que na volta do seu Governador do Estado do Paraná, nós recebamos aqui nesta Casa uma mensagem escrita desta maneira:

"O Governo do Estado do Paraná envia à Assembléia Legislativa mensagem nº ....., que objetiva criar na Secretaria de Estado da Segurança Pública a contratação de 150 assistentes sociais e 150 psicólogas, para as delegacias de polícia do Estado do Paraná".

Deus ainda me dará esta satisfação de ver uma mensagem desta e a outra quero ver e tenho fé que virá a criação, em todos os municípios do Estado do Paraná, da Delegacia da Mulher para amparar a negra mãe, branca mãe, que é violentada, esquartejada e rasgada nos seus direitos. Se isto acontecer, Deputada Emilia, será o dia, o dia da liberdade, o dia da consagração de uma segurança com "S" maiúsculo no Estado do Paraná. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Pequeno Expediente, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, ainda dentro do tema do delegado calça-curta, nós temos visto na imprensa alguns, não todos, Deputados governistas saindo em fotografias de jornais, especialmente de suas regiões, ou entregando a viatura para o delegado, ou entregando a viatura para o Prefeito. Certamente aprovado este projeto nós veremos alguns Deputados governistas levando pelo braço o delegado calça-curta e apresentando ao Prefeito, que é um fato profundamente lamentável.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não pretendia hoje sequer usar a tribuna, mas há um assunto que me traz uma preocupação muito grande e Deus queira que não termine numa guerra civil aqui em Curitiba na Região Metropolitana e que não tenhamos

o derramamento de sangue, aliás, o derramamento de sangue já está acontecendo sim porque existem motoristas sendo agredidos, cobradores sendo agredidos por esta baderna que está sendo realizada na região metropolitana pela incompetência da COMEC e pela irresponsabilidade até certo ponto do Governador do Estado do Paraná. Porque todos sabem que a liminar concedida pela justiça aos empresários, ela vem em consequência de três meses praticamente que o Governo não reajustou no item que deveria reajustar as passagens dos ônibus metropolitanos.

Isso levou os empresários a entrar com a liminar. A justiça concedendo essa liminar, tendo em consequência o aumento nas passagens, e agora mais recentemente o próprio Governo do Estado decreta um novo aumento nas passagens dos ônibus da região metropolitana. E aí querendo sair como vítima prepara um bando de irresponsáveis, um bando de desocupados que ocupam cargos no Palácio Iguaçu para promoverem as badernas em terminais da região metropolitana, como aconteceu ontem, está acontecendo hoje em vários pontos próximos à Capital do Estado do Paraná.

Sr. Bona Turra - Vossa Excelência me concede um aparte Deputado?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência Vossa Excelência vai ter espaço para dar o aparte, se houver tempo dentro do espaço que vou ocupar aqui.

Mas eu desejo Senhor Presidente fazer uma leitura aqui de uma nota distribuída hoje à imprensa pelo SINDIMOC e pelo SINDEESMAT, que diz o seguinte, aliás, a manchete do Correio de Notícias diz: "Coisa de louco, Requião promove o terrorismo nos ônibus". Quem está dizendo é o jornal "Correio de Notícias". E a nota dos sindicatos diz o seguinte:

(Lê): "O Sindicato dos Motoristas e Cobradores nas Empresas de Transporte de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana, SINDIMOC e o Sindicato dos Empregados em Escritório e Manutenção nas Empresas de Transporte de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana, SINDEESMAT, vem à público a fim de denunciar e esclarecer o seguinte:

1) O transporte coletivo da Região Metropolitana de Curitiba vem sendo alvo de conturbação, após a concessão pela Justiça de medida liminar às empresas operadoras, em ação contra o Estado do Paraná e a COMEC.

2) A categoria representada pelos sindicatos signatários vêm sofrendo injustificável agressão, inclusive com a iminente possibilidade de desemprego em massa.

3) Em defesa das categorias que repre-



sentam, os sindicatos não se conformam com as atitudes de agressões físicas e morais, principalmente a motoristas e cobradores, os quais vêm sendo arbitrariamente agredidos e até presos, em razão da participação de empresas alheias ao sistema - principalmente de outros Estados -, na operação das linhas, provocando confrontos e depredações nos ônibus operados pela classe trabalhadora de nossa região.

4) Inaceitáveis essas prisões arbitrárias e essas agressões a motoristas e cobradores, com a conivência e pior ainda, segundo constatações, por ordem do próprio governador do Estado, com apoio logístico da COMEC, entidades públicas que deveriam ser as primeiras a preservarem a ordem e a paz social, com respeito à lei e à Justiça.

5) Os sindicatos não aceitarão o tumulto orquestrado, pondo em risco a vida e a incolumidade de sua categoria e dos usuários, a pirataria estabelecida no transporte metropolitano, onde empresas estranhas operam sem condições de segurança, sem contudo respeitar as leis trabalhistas, as Convenções Coletivas de Trabalho, o salário e a jornada de trabalho, e ainda gerando confrontos, arruaças e quebra-quebras, pondo em risco a vida e a segurança dos nossos trabalhadores com o incentivo do próprio governo do Estado, além de pretenderem imputar aos nossos trabalhadores a responsabilidade civil por esses danos.

6) Os sindicatos não aceitarão mais essa situação, preocupados com iminência de desemprego em massa de suas categorias com a vinda de trabalhadores de outros Estados e,

7) Tendo em vista a parcialidade das autoridades policiais que estão prendendo motoristas e cobradores do sistema e com ordem para liberarem somente os motoristas e cobradores das empresas "Piratas", e, especialmente em defesa da segurança, do emprego, do desrespeito institucionalizado nas convenções coletivas, aos salários, à jornada de trabalho e outras condições da lei, os sindicatos realizarão hoje, terça-feira, dia 09/11/93, às 20 horas, na rua Dr. Muricy, 849 - Centro, uma assembleia para definirem a paralisação de protesto, a partir da zero hora de quarta-feira, dia 10/11/93, enquanto perdurar essa situação ilegal e abusiva.

(aa) JOSÉ MARTINS COSTA

Presidente - SINDIMOC

OSMAR KUFKY

Presidente - SINDEESMAT

Esta a realidade da situação em que se encontra hoje o transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - V. Exa. me permite um aparte? É uma contribuição que gostaria de trazer...

O SR. ALGACI TÚLIO - Terei prazer de receber na continuação.

Gostaria também de fazer algumas considerações ao pronunciamento feito pelo Deputado Bona Turra. Deputado, hoje em dia está difícil se falar partidariamente. Todos nós. Inclusive o que está acontecendo no Congresso Nacional, é meio temerário sair em defesa do partido, porque o nosso partido... porque o PMDB... acho que a coisa não é por aí. Porque se fizermos uma análise desta CPI no Congresso, há um número muito grande de peemedebistas envolvidos nas corrupções.

Portanto, não vale a pena se desgastar na tribuna da Assembleia e falar na questão partidária, porque ela está um tanto quanto "sub judice". Todos os partidos. Não tem o que não esteja. Até o nosso, o PDT, provavelmente ainda pode respingar alguma coisa também nesta CPI.

Por isto o seu pronunciamento a respeito de defesa do partido não caberia aqui na Assembleia. Caberia em praça pública defender o seu partido e sentir a reação da população, se ela vai pretender, nas próximas eleições, eleger novamente o candidato do PMDB ou de outro partido ligado ao seu.

Aliás, V. Exa. falou que pretendia ou pretende tomar de assalto o Palácio Iguaçu. Acho que o Palácio, infelizmente, já foi tomado de assalto há quase dez anos. Não só de assalto mas em fatos estranhos que provavelmente qualquer dia destes alguém vai ouvir alguns passos pelo Palácio Iguaçu durante a madrugada; fantasmas que lá existem, poderão, durante a madrugada, perambular pelos corredores do Palácio Iguaçu. Aliás, fantasmas, até como aqueles que V. Exa. falou que o PDT rachou nas últimas eleições. Engana-se V. Exa. os pedetistas permanecem no PDT. Não estão no PDT os fantasmas, os não pedetistas, aqueles que certamente trocaram a sua consciência por um carguinho lá no Palácio Iguaçu e que hoje servem para promover essas arruaças em Curitiba nos protestos que são realizados na Capital do Estado do Paraná.

Diria mais a V. Exa.: ninguém pretende tomar de assalto o Palácio Iguaçu. Queremos tomar de boas iniciativas o Palácio Iguaçu, não permitindo que ocorram fatos desagradáveis como estão acontecendo agora no Palácio Iguaçu. Primeiro, foi a ameaça de luta corporal do Governador com o ex-diretor da Polícia Civil, José Maria Correa, que aos poucos não foram aos bofetões, não fosse a intervenção de terceiros. Depois tivemos aquela briga envolvendo o Doático Santos e o diretor do DSTC



que também foram aos bofetões lá no próprio Palácio Iguazu.

Recentemente, a quebra de carteiras, a rasga de cortinas, máquinas quebradas, telefone arreventado na briga envolvendo elementos do próprio Palácio Iguazu. Aliás, parece que ronda o incendiário profissional, porque é bom se recordar e não sou eu quem está dizendo aqui, é o jornal Indústria e Comércio que diz: "Por que queimam os órgãos estaduais? Estranho incêndio no setor de documentação da Secretaria de Comunicação Social do Palácio Iguazu que destruiu documentos dos últimos 15 anos, especialmente do atual governo..." para refrescar a memória, aliás, a sua também, Deputado precisa ser refrescada, porque quando V. Exa. fala de que tais críticas ao Senador José Eduardo Vieira, é bom lembrar que na campanha do PMDB, seu Partido usou um vídeo do Senador, dizendo que o Senador estava apoiando o candidato do seu Partido e depois precisou que o Senador ocupasse um horário do seu Partido para desmentir também isso.

Na Boca Maldita comentava-se ontem que "este não foi o primeiro incêndio ocorrido no governo provisório de Roberto Requião de Mello e Silva. Parece haver mais do que um simples "boitatá" que a credence popular consagrou como um folclórico incendiário o então incandescente, ateando fogo por onde Requião passa. Desde que assumiu, já queimaram a FAMEPAR..." - para refrescar a sua memória, Deputado, "... o arquivo público, o DETRAN e agora, o setor de comunicações do Palácio Iguazu. Coincidentemente, sempre que surgem denúncias graves da corrupção, em seu governo, ocorrem os incêndios. Agora, só falta a SERVOPAR pegar fogo também. Por último, pela lógica, providenciem-se urgentemente, bombeiros de plantão nas ante-salas do gabinete governamental".

É a imprensa que está dizendo, não é o Deputado Algaci Túlio.

Queria ainda dizer a V. Exa. que quando V. Exa. faz alusões ao PDT, quem fala pelo PDT nesta Casa, é o nosso líder, Deputado Paulo Maia e nós, Deputados da Bancada do PDT. V. Exa. não tem autorização e nem procuração para fazer alusões ao nosso PDT e dizer... V. Exa. extrapola... Aliás, extrapolou tanto que vai receber também o repúdio da Bancada do PT nesta Casa, também.

V. Exa. exagera, extrapola as suas condições de analista político. Aliás os jornais estão carentes de analistas políticos. V. Exa. poderia ocupar esse espaço que gasta aqui na Assembléia, fazendo análise política-partidária, usando os meios de comunicação.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Or-

dem) - Uma comunicação: pela manhã, em conjunto com a Secretaria Geral do Partido dos Trabalhadores, estivemos em audiência no Ministério Público, mais precisamente, na Promotoria de Defesa dos Direitos Constitucionais. Levamos a S. Exa., Procurador Olímpio Sotto Maior, notícia criminal, consistente por empresários do transporte coletivo da capital e intermunicipal e metropolitano, do Sindicato dos Trabalhadores, como noticiamos que a partir das 12 horas de hoje, há uma articulação ensaiada por interesse de empresários, creio não de todos, de frações do empresarial atuantes no setor, em conjunto de trabalhadores que se apoderaram desses sindicatos transformando-os em esquemas baixíssimos de corrupção no sentido de fazer promover um "look out" do sistema do transporte coletivo. Essa notícia não levamos apenas à Procuradoria Geral de Justiça, como também a levamos a Governadoria do Estado no sentido de que o Governo do Estado possa proceder as medidas necessárias para evitar esse conluio entre trabalhadores corruptos e empresários corruptores no sistema de transporte coletivo.

É a notícia, é a comunicação, Sr. Presidente. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Não havendo inscritos no Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças:

PFL. (Declina).

PP. Com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

Antes gostaria de comunicar aos colegas que amanhã haverá uma Sessão Solene em homenagem à PETROBRÁS, seus 40 anos, com início às 10:00 horas. Solicitamos o comparecimento de todos os Deputados que puderem se fazer presente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas queremos comunicar aos Senhores Deputados que adentramos à Mesa um projeto de lei de nossa autoria que autoriza o Poder Executivo a conceder à iniciativa privada a exploração de balsas. Fizemos um levantamento em alguns rios do nosso Estado, e temos observado a exploração violenta que é feita com as balsas do nosso Estado, uma vez que não existe concorrência o usuário paga um preço abusivo. E adentramos com esse Projeto à Mesa hoje para ser apreciado pelas Comissões permanentes desta Casa, e espero ter a solidariedade dos Srs. Deputados uma vez que temos já dados importantes com relação ao abuso dos preços que são cobrados dos que dela se utilizam.

E quero agradecer, também, a ida do Exmo. Sr. Governador do Paraná, Roberto Requião, acompanhado do vice-Governador do

Paraná e dos Diretores do DR, a presença em Cianorte quando foi assinada autorização do BID IV aonde será feito o recapeamento do Rio Bertiooga no Município de Jussara indo até a Cidade de Cruzeiro do Oeste, um investimento no valor de 15 milhões de dólares, isso foi um entendimento que fizemos na época com o Secretário de Transporte Mário Pereira e que fui o relator da Comissão de Finanças quando o Governador contraiu empréstimo do BID, e neste fato ao relatar esse empréstimo pedimos ao Governador e ao Secretário do Transporte que parte desse recurso fosse canalizado para aquela rodovia que na verdade sabemos a grande necessidade que há na recuperação dessa estrada.

Gostaria de parabenizar o Deputado Nereu Moura pela brilhante colocação que fez aqui nessa Tribuna com relação ao episódio de alguns políticos ligados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, assim, como o Deputado Bona Turrá que fez um alerta nessa Tribuna quanto as declarações recentes na imprensa do nosso Estado que o PMDB poderá ter a sua candidatura própria. Quero dizer aos Senhores Deputados, tanto do nosso Partido, do Partido Progressista, como do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de que há o desejo desta aliança entre o próprio Governador do Estado. Queremos dizer que não há nenhuma preocupação, pelo menos da minha parte, como o companheiro e filiado ao Partido Progressista com relação ao PMDB lançar candidato ao Governo do Estado. Acho que os dois partidos estão reconhecidos juridicamente, reconhecidos através do Tribunal Regional Eleitoral e não há razão de direito de qualquer um dos dois ter o seu candidato próprio. Se houver essa persistência de alguns setores do PMDB, isto até libera a figura do ex-Governador Álvaro Dias para caminhar da maneira que deseja, terá a sua independência para buscar os caminhos que achar melhor.

Quero reafirmar aos meus companheiros do PMDB, do PP, que nunca escondi a minha postura, a minha posição política com relação à candidatura do ex-Governador Álvaro Dias. Desde o início tenho-me posicionado a favor da candidatura dele ao Governo do Estado, mantereí essa posição até que haja uma definição do ex-Governador Álvaro Dias.

Quero reafirmar que o meu candidato ao Governo do Paraná é o ex-Governador Álvaro Dias. Caso ele não seja candidato, eu estarei também liberado para quais caminhos seguir, quais caminhos que eu acharei melhor para a minha condição política como parlamentar que representa esta Assembléia Legislativa do Estado.

Então, eu acho que, com relação a essas posições de alguns membros do PMDB,

Curitiba, terça, em 09.11.93

não há nenhuma preocupação. O que pode haver é até alguns interesses de alguma candidatura própria. O próprio Governador Álvaro Dias, lembro aqui neste instante, quando fizemos a convenção oficial do nosso partido, se pronunciou que se o PMDB desejar lançar candidato ele também apoiaria. Então, eu acho que não há razão nenhuma deste tipo de preocupação, uma vez que nós sabemos que os dois partidos têm a possibilidade de candidatura própria.

Então, fica registrada a nossa posição e se alguns componentes do PMDB acham que o nosso candidato do PP com aliança seria inviável, nós do PP aceitaremos, democraticamente, qualquer posição que tenha que ser tomada.

A nossa solidariedade e o nosso apoio ao ex-Governador do Paraná Álvaro Dias.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PL.

Consulto a Liderança do PT. Com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Nesse último sábado e domingo a direção estadual do Partido dos Trabalhadores esteve reunida no Plenário desta Casa com dois objetivos fundamentais.

O primeiro deles foi o de analisar a conjuntura e tentar visualizar os cenários políticos para o próximo ano e, desta análise, resultando uma estratégia do partido para as próximas eleições. E também, da análise concreta do Estado do Paraná, propor as diretrizes do nosso plano de governo.

Sabem os Senhores, tão bem quanto eu, que o ano que vem teremos uma disputa política inédita em termos nacionais. A exceção dos prefeitos e vereadores, eleitos o ano passado, todos os cargos políticos estarão em jogo nesta disputa: Presidente, Governadores, 2/3 do Senado, toda a Câmara dos Deputados Federais e as Assembléias Legislativas.

Não preciso aqui dizer que esse tipo de eleições irá determinar a obrigatoriedade de aliança entre partidos e entre forças políticas. É da responsabilidade das forças políticas se debruçarem sobre os sinais evidentes que emanam hoje da sociedade brasileira e paranaense, sinais esses extremamente inquietantes. Também não preciso aqui recordar aos Senhores os trágicos indicadores sociais e econômicos que ostentam nosso País.

Campeão mundial da concentração de rendas, um País que se orgulha ao mesmo tempo de ser um dos celeiros do mundo, é obrigado a conviver com a tragédia coti-

diana de 32 milhões de irmãos nossos que perambulam de fome pela nossa Pátria.

Ostentamos, além do grandioso título de 8.<sup>a</sup> economia mundial, os recordes de desrespeito aos direitos humanos, ao direito da criança. Somos um País da hipocrisia, de uma democracia racial. Somos um País em que camponeses famintos ficam olhando o gado gordo do outro lado da cerca e nada podem fazer.

Neste momento trágico da vida nacional, esses indicadores começam agora finalmente a serem desvendados em suas causas. Está aí a CPI do Congresso Nacional, esteve há pouco tempo a CPI que culminou com o impeachment do Presidente da República, a revelar à Nação Brasileira todo o escândalo, toda a ganância, toda a insensibilidade, todo mau-caratismo que parcela importante da elite brasileira tem no trato da coisa pública.

As causas dessa miséria estão profundamente ligadas com a forma com que se administra o Estado brasileiro. Um Estado privatizado, um Estado a serviço de grupos especiais a serviço da triagem, um Estado que se transformou num verdadeiro curso de pós-graduação da corrupção.

A corrupção não é apenas aquela dos sete anões no orçamento em conluio com as empreiteiras de desvio de verbas de entidades filantrópicas. A corrupção moral e ética da elite brasileira se espelha também na forma com que se convive com o escandaloso lucro dos banqueiros que este ano vão ganhar 16 bilhões de dólares na ciranda financeira enquanto tantos irmãos nossos passam fome.

Esse País infelizmente é obrigado a conviver com a hipocrisia de uma elite que em nome da eficiência da modernidade está entregando um patrimônio de setenta milhões de dólares das nossas empresas estatais, por meia dúzia de milhões de dólares em termos reais. Patrimônio este que para ser construído no passado, justificava o aporte volumoso de recursos do Governo Federal que poderiam ter sido destinados a erradicar o analfabetismo, a criar as bases para que nós pudéssemos verdadeiramente ser um País desenvolvido.

Em cima desta análise, que o PT do Paraná compreendeu a responsabilidade que tem sobre os seus ombros. A responsabilidade de contribuir o ano que vem com a vitória do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente do Brasil.

Não se trata de gostar ou não de Lula, da sua barba, do seu discurso. Não se trata de questionar o seu grau de escolaridade ou das frases que mencionou ou até de seus defeitos que possam e existem de fato, mas de reconhecer que Lula representa hoje a única alternativa nesse País para o rompimento definitivo à ruptura que nós

poderíamos estabelecer democraticamente, uma revolução democrática que poderá retirar do Poder os parasitas da nossa sociedade, que é exatamente esta elite.

Essa compreensão nos fez também refletir sobre a situação do Paraná. Lula não governará sozinho, nem governará apenas com o Partido dos Trabalhadores, precisamos do apoio de todos os cidadãos honestos, decentes e progressistas desse País que estão em outras siglas Partidárias; precisaremos da mobilização da sociedade civil brasileira para dar apoio a medidas corajosas, como por exemplo: a reforma agrária, o fim do ciclo de especulação e enriquecimento imoral e ilícito do sistema financeiro nacional, tantas outras medidas, como o combate à sonegação, o combate à corrupção, a desprivatização do Estado brasileiro exigirem uma mobilização ímpar da sociedade brasileira para que possamos romper com esse vício histórico de apropriação dos recursos públicos por meia dúzia de privilegiados.

É nesse quadro que o PT buscou a conversa com outros Partidos aqui no Paraná. Queremos aliança sim, mas o problema muitas vezes não está no PT, para o acordo é preciso haver uma identidade mínima programática, é preciso no mínimo termos um projeto semelhante para a sociedade, é preciso haver interesse das duas partes. Sabem os Senhores que o PT tem buscado, sempre tradicionalmente, alianças não apenas com o PSB, com PC do B, PPS, os Partidos mais à esquerda a nível Nacional. Temos também sinalizado e feito coligações de uma aliança...

Irei usar o Horário da Liderança do PL, gentilmente cedido pelo Deputado Colombino Grassano.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - A Mesa participa que, de acordo com o artigo 90 do Regimento Interno não é permitido, mas como até agora estava se abrindo exceções, hoje vamos conceder essa exceção, não vamos permitir mais quando estivermos presidindo a Mesa.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o lembrete de Vossa Excelência, me fez lembrar a frase daquele ilustre político mineiro, de que: "aos amigos tudo e aos inimigos os rigores da lei." Mas agradeço mesmo assim a Vossa Excelência.

Dizia eu que nos entristece a possibilidade de não haver uma coligação com o PDT no Paraná, não porque o PT não queira, mas porque talvez esteja nos sonhos do PDT uma aliança prioritária com o PTB liderado pelo Senador e banqueiro José Eduardo Vieira. Não de convir os Senhores Deputados que não será intransigência, não será radicalismo, mas é impossível nós colocar-

mos no mesmo palanque aqueles que se beneficiam da ciranda financeira com o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva.

Não somos nós que nos afastamos do PDT, é o PDT que prefere ir de encontro às forças mais conservadoras da sociedade brasileira. Um Deputado agora há pouco nesta tribuna, procurava nos apontar um outro caminho. O caminho da aliança com o PMDB. O caminho da aliança com o PT. Infelizmente sou aqui compelido a dizer, por respeito a esse ilustre Deputado, de que confundir o projeto de Álvaro Dias com projeto democrático e popular é, no meu entendimento, uma absoluta distorção do que é um projeto democrático e popular.

Sabem todos os Senhores não que nós do PT não queremos conversar com ele, mas ele prefere conversar com Maluf, prefere conversar com Antônio Carlos Magalhães, prefere ir amealhar companheiros para formar o seu partido junto a Joaquim Roriz, junto à base fisiológica da política nacional que inclusive lhe deu o desamor de ter vários de seus companheiros congressistas trocando de partido por vantagens pecuniárias e dolarizadas.

O que nos afasta de Álvaro Dias não é a intransigência e muito menos o radicalismo do PT, o que nos afasta é a prática que infelizmente busca o ex-Governador do Estado do Paraná. Parece que essa idéia de que essas forças do PT e do PMDB representam o que há de democrático e popular no Estado do Paraná, sobrevive apenas no imaginário do nosso companheiro, bem intencionado, Deputado do PMDB. Que talvez ainda não se deu conta da realidade concreta das forças às quais ele convive. Das quais tenho certeza, não têm identidade com a maioria das lideranças com que se reúne, convive e luta junto.

Resta, portanto, ao Partido dos Trabalhadores, não participar da trama das elites do Estado do Paraná, que buscam criar essa idéia do voto útil contra o banqueiro, ou do voto útil contra o continuísmo. Ah, isso não interessa ao povo! O que interessa ao povo do Paraná é uma proposta clara, um compromisso de fato com o resgate da dignidade e da cidadania de um milhão e setecentos mil paranaenses que padecem de fome neste Estado.

E qual é o projeto político, social e econômico que esses dois agrupamentos estão a oferecer aos excluídos do Estado do Paraná. Deste Estado que se transformou no célebre Estado das rodovias, do Estado da produção que é exportada, mas que ao mesmo tempo convive com a miséria, com a exclusão de milhões e milhões de paranaenses. Uma parte em Rondônia, outra parte no Mato Grosso, na Bahia, até exilados econômicos no Paraguai. Quantos irmãos nossos paranaenses? O que se faz para resgatar a dig-

nidade e dar condições para esta população? Estradas? Estradas que serviram para escoar o soja ao Porto de Paranaguá para se transformar em ração no primeiro mundo, ração animal. Para valorizar as terras agrícolas do Paraná.

Mas, como está o nosso projeto de educação? Como estão as nossas universidades? Qual é o nosso projeto de desenvolvimento industrial a não ser o distrito industrial de Curitiba que vai na contramão de tudo que se pensa em termos de desenvolvimento industrial, concentrando a população numa mega cidade, trazendo já para Curitiba os problemas sociais que tanto vemos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Jamais existiu uma política de desenvolvimento industrial descentralizada!

Jamais houve o apoio concreto!

O desmonte das estruturas de fomento! O desmonte do conjunto de entidades e de órgãos de pesquisa e apoio no Paraná às nossas universidades, os nossos institutos de pesquisa.

Esse é o legado que a elite do Paraná vem deixando para o nosso povo!

Um Brasil que dá certo, é verdade! Mas para uma minoria de privilegiados.

O Partido dos Trabalhadores tem a obrigação de romper com esse ciclo vicioso de disputa entre facções dessa elite que não tem compromisso com a maioria do nosso povo.

Temos a consciência e a clareza de que nossas forças são pequenas para tamanha tarefa! Mas não nos faltará coragem, não nos faltará garra para enfrentarmos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está encerrado o tempo de Vossa Excelência. Vossa Excelência tem um minuto para encerrar.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço a benevolência da Mesa.

Fiquem certos os Senhores de que o PT vai de cabeça erguida para essa disputa! Se necessário, até sozinhos; mas, jamais, mal acompanhados! Jamais iremos vender os nossos projetos, os nossos princípios por cargos, por fisiologismos!

Fiquem certos os Senhores, seja quem for o candidato do Partido dos Trabalhadores, - provavelmente será o nosso companheiro Samek, oriundo, inclusive do PMDB, da parte boa, sadia e progressista do PMDB - que iremos surpreender as elites do Paraná. E no mínimo teremos após a eleição do primeiro turno uma terceira força política neste Estado, uma força verdadeiramente democrática e popular. E tenho certeza de que essa força conquistada com a nossa garra, com a nossa luta, com a nossa coerência no primeiro turno será a grande alavanca para a vitória definitiva de Lula

Muito obrigado!

O SR. EURIDES MOURA (Pela Ordem) - Peço a palavra, pela ordem, para registrar a honrosa presença do Prefeito de Cruzeiro do Oeste, José de Castro, e do Vereador José Cirilo que, em visita de cordialidade, vêm a esta Casa trazer o seu abraço a todos nós, Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está registrado, Deputado Eurides Moura. Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente, comunicando sua ausência na presente sessão, por motivo de viagem. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições nºs 047, 062 a 066, 068, 072 e 073/93, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

O SR. CEZAR SILVESTRI - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Há um requerimento de minha autoria solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto 047/93.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Após o requerimento do Deputado Renato Adur,

decidiremos sobre o seu, nobre Deputado.

Em votação o requerimento do Deputado Renato Adur. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando a retirada do item 01 da Ordem do Dia, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 371/93, de sua autoria, tendo em vista que o mesmo foi, após vetado, devolvido fora de prazo a este Poder, ou seja, ultrapassadas as 48 horas previstas no § 1º do Art. 71 da Constituição Estadual. **Deferido.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação por 10 (dez) sessões da Proposição nº 073/93. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

Vão ser votados em bloco, portanto, os itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8. O nono foi adiado.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 062/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 231/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Alto Piquiri ao Distrito de Mirante do Piquiri. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 268/93.

Curitiba, 21 de setembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 240/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 231/93, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Alto Piquiri ao Distrito de Mirante do Piquiri.

O projeto de lei em epígrafe deixou de merecer acolhimento, dada sua flagrante inconstitucionalidade, porque, implicando em despesas não previstas na "Lei de Meios", fere o mandamento contido no art. 135, da Constituição Estadual.

Ademais, inobstantemente à inconstitucionalidade apontada, vale ressaltar que o Poder Executivo não tem condições de suportar encargos de tal natureza, também pelo fato de as máquinas e equipamentos, assim como os recursos humanos do DER estarem, todos, voltados aos trabalhos nas

obras rodoviárias em andamento, inclusive as de conservação de estradas e as em execução nas microbacias, conforme prevê o vigente Sistema Rodoviário Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 231/93, encontra-se publicado no D.A. nº 69/93, de 01.06.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 062/93

PROJETO DE LEI Nº 231/93

P A R E C E R:

Analizando o Veto Governamental em epígrafe, sob todos os aspectos o mesmo encontra-se em perfeitas condições para ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Sessões, em 19.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 063/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 138/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo Criar Serviço Estadual de Aprendizagem Rural - SEAR. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 269/93.

Curitiba, 21 de setembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 261/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 138/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar o Serviço Estadual de Aprendizagem Rural - SEAR, estabelecendo normas para sua efetivação e funcionamento.

Embora de reconhecido mérito a iniciativa do autor, o plano de lei em referência não pôde merecer acolhimento, inicialmente por conflitar com as disposições do art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual, ao impor acréscimo de atribuições à Secretaria de Estado da Educação, além do que, não há previsão orçamentária para dar suporte a tal iniciativa. Não bastasse tal

Curitiba, terça, em 09.11.93

argumento, o projeto contraria os superiores interesses públicos, por tornar-se, da maneira em que está posto, de difícil exequibilidade, uma vez que a rede física estadual de ensino não comporta a abertura de novos cursos, sobretudo com a amplitude do que se propõe às cooperativas agrícolas, federações e sindicatos, com a responsabilidade de garantirem o quadro técnico e pedagógico, necessários à sua implementação. Cabe também ressaltar que seria temerário contar-se com a cedência de escolas ou com o uso de propriedades particulares para a realização do questionado Serviço Estadual de Aprendizagem Rural.

Isto não quer significar que a juventude interiorana, ligada a atividades rurais, fique à margem de um aprendizado específico, pois vale lembrar que, a nível de estrutura formal de ensino, a SEED oferece cursos de formação técnico-agrícolas através das várias Escolas Agrícolas de 2º Grau existentes no Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 138/93 encontra-se publicado no D.A. nº 36, de 26.04.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 063/93

P A R E C E R:

O veto foi apresentado dentro do prazo legal.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, não existem óbices à normal tramitação da Proposição de Veto nº 063/93 Aposto ao Projeto de Lei nº 138/93 de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo criar o Serviço Estadual de Aprendizagem Rural - SEAR.

Sendo assim, é o parecer deste relator.

Sala das Comissões, em 19.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 064/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 534/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que isenta do ICMS, veículos, máquinas e equipamentos adquiridos pelas Prefeituras Municipais do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 260/93.

Curitiba, 21 de setembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento

do Ofício nº 237/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 534/91, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a isentar do ICMS, os veículos, peças e equipamentos que especifica, adquiridos por Prefeituras Municipais do Estado do Paraná.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, porque afora o mandamento contido no art. 155, § 2º, inciso XII "g", da Magna Carta, o qual, combinado com as disposições da Lei Complementar Federal nº 24/75, veda a possibilidade de tal isenção.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 534/91, encontra-se publicado no D.A. nº 156/91, de 26.11.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 064/93

PROJETO DE LEI Nº 534/91

P A R E C E R:

A Proposição Veto em exame, de autoria do Poder Executivo, manifesta através do Ofício DTL/SAT nº 260/93, objetiva vetar o Projeto de Lei nº 534/91, de autoria do nobre Senhor Deputado Lourenço Fregonese, que propõe a isenção de ICMS, veículos, máquinas e equipamentos adquiridos pelas Prefeituras Municipais do Estado do Paraná.

Procedida a análise, constatamos o cumprimento de todos os prazos constitucionalmente estabelecidos.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça é de parecer favorável à apreciação da Proposição Veto em epígrafe pelo douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 065/93, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 231/92, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que suprime mercadorias da lista do inciso I, do Artigo 23, da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989 (ICMS). COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES

DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 261/93

Curitiba, 21 de setembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 252/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 231/92, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do inciso I, do art. 23, da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989, para excluir da tributação (ICMS) interna de 25%, produtos de perfumaria e cosméticos.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em causa decorre de sua inconstitucionalidade, porque fere o art. 155, § 2º, inciso XII, da Magna Carta e art. 130, da Constituição Estadual.

Por outro lado, motivaram o veto apostado as razões expendidas pela Secretaria de Estado da Fazenda, cujo pronunciamento, em inteiro teor, vai adiante transcrito:

"Solicita a Casa Civil do Governo do Estado pronunciamento desta Secretaria quanto o Projeto de Lei nº 231/92, de iniciativa da Assembléia Legislativa e por ela aprovado.

O referido Projeto pretende excluir da tributação de 25% os produtos de perfumaria e cosméticos classificados nas posições 3304.91.0200, 3305.10.0100, 3305.10.9900, 3305.90.0100 e 3307.90.0500 da NBM-SH, nominados na exposição de motivos como sendo "talco e polvilho, com ou sem perfume, xampus com propriedades terapêuticas ou profiláticas e outros, creme rinse e soluções para lentes de contato ou para olhos artificiais".

Com a exclusão pretendida das mercadorias do Grupo A, a alíquota nas operações com tais produtos passaria a ser de 17%.

Ora, atualmente são tributados com 25% produtos de mais essencialidade, como a energia elétrica, gasolina e álcool anidro e hidratado para fins combustíveis, não se justificando a redução da carga tributária para os produtos de que trata o Projeto em exame.

É sabido ainda que a redução da carga tributária, historicamente, jamais resultou na redução concomitante dos preços dos produtos, se constituindo, isto sim, em mero mecanismo de repasse de recursos dos cofres públicos para o empresário, sem qualquer repercussão nos preços de mercado.

Propomos, portanto, salvo melhor juízo, seja a proposta vetada pelo Excelen-



tíssimo Senhor Governador do Estado".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 231/92, encontra-se publicado no D.A. nº 120/92, de 24.08.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 065/93

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz o veto apostado ao Projeto de Lei nº 231/92, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que foi comunicado a esta Casa de Leis, pelo Senhor Governador, através do Ofício nº DTL/SAT 261/93.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo legal.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 19.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 066/93, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 283/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher em Telêmaco Borba - PR. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 262/93.

Curitiba, 21 de setembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 244/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 283/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no município de Telêmaco Borba.

O Projeto de Lei em referência não pôde merecer acolhimento em razão de sua inconstitucionalidade, porque conflita com as disposições do inciso IV, do art. 66, da Constituição Estadual, que conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para o início do processo legislativo de leis sobre tal matéria.

Por outro lado, a medida contraria aos

Curitiba, terça, em 09.11.93

superiores interesses públicos, pois, segundo informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública, instalações de Delegacias da Mulher em nosso Estado vêm sendo possíveis apenas em municípios sedes de comarcas de entrância final, em cuja circunstância não se amolda o mencionado município.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 283/93 encontra-se publicado no D.A. nº 82/93, de 22.06.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 066/93

P A R E C E R:

A presente Proposição veta o Projeto de Lei nº 283/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Telêmaco Borba, no Estado do Paraná, e que foi comunicada a esta Casa pelo Senhor Governador, através do Ofício DTL/SAT nº 262/93.

Procedida a análise constitucional e regimental da presente proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 068/93, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 215/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica (Município de Ivaté ao Município de Icaraíma). COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 264/93.

Curitiba, 21 de setembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 264/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 215/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, eis que não tem objeto porque a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o

Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 215/93 encontra-se publicado no D.A. nº 69/93, de 01.06.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 068/93

P A R E C E R:

A Proposição Veto em exame, de autoria do Poder Executivo, manifesta através do ofício DTL/SAT nº 264/93, objetiva o veto ao Projeto de Lei nº 215/93, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Ivatê ao Município de Icaraíma.

Procedida a análise, constatamos o cumprimento de todos os prazos constitucionalmente estabelecidos.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça é de parecer favorável à apreciação da Proposição Veto em epígrafe pelo douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 072/93, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 324/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, que cria-se espaços alternativos para atividades na área industrial e na área agrícola nas dependências cedidas pelo IBC. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT nº 288/93

Curitiba, 30 de setembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 254/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 324/92, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a firmar convênio com "as prefeituras detentoras de armazéns do Instituto Brasileiro do Café", para as finalidades que especifica.

O Projeto de Lei em causa não mereceu acolhimento por ter sido considerado totalmente inexequível, eis que, pela forma ampla e genérica como está redigido, viria ensejar interpretações dúbias, até a de

que as prefeituras não teriam legitimidade para celebração de convênios com o Estado, dando disciplinamento a uso de bens do patrimônio da União.

Isto não significa que municípios não possam vir fazer uso das dependências do IBC, o que será perfeitamente possível, através de ato jurídico adequado, havendo, naturalmente, anuência do órgão federal responsável pelos próprios do extinto Instituto e obedecidos os parâmetros da Lei nº 10.307, de 07 de junho de 1993.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 324/92, encontra-se publicado no D.A. nº 157/92, de 05.11.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 72/93

P A R E C E R:

O veto foi apresentado dentro do prazo legal.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, não existem óbices à normal tramitação da Proposição de Veto nº 72/93 aposto ao Projeto de Lei nº 324/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, que cria espaços alternativos para atividades produtivas na área industrial e na área agrícola nas dependências cedidas pelo IBC.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Antônio Annibelli, a chamada dos Srs. Deputados para votação.

(É feita a chamada nominal para votação).

Designo uma comissão composta pelos Deputados Júlio Bifon, José Alves e José Arthur Ritti para, com o Sr. 1º Secretário, proceder o escrutínio dos votos.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Só queria registrar a presença nesse Plenário, do Vereador de Palmital o companheiro Jair Feder, e o seu filho.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Votaram 45 Srs. Deputados.

Pela manutenção do Veto - SIM: 21 votos. Pela rejeição do Veto - NÃO: 20 votos. Brancos: 04 votos.

Está rejeitado o Projeto. Mantido o Veto.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Parece-me que houve um equívoco da 1.ª Secretaria, porque anotamos aqui a ausência de 14 Srs. Deputados.

Então, o quórum seria de 40 Deputados, e não o número de votantes anunciado pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Nobre Deputado, tenho que acreditar na informação do meu 1º Secretário.

Estão mantidos os vetos que foram colocados em votação.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Mas fica o registro para uma outra oportunidade, para que as coisas sejam mais esclarecidas.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Antônio Annibelli) - Sr. Presidente, submeto ao Deputado Colombino e esclareço que o Deputado Ernani Pudell pediu para votar antecipadamente. O Deputado Plauto Miró...

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Para observação de Vossa Excelência, estão ausentes os Deputados Anibal, Setti, Simões, Nilton Barbosa, Dalton Machuca, Doutor Rosinha, Rusch, Cartário, Erondy, Luiz Carlos Martins e Neivo Beraldin.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Nobre Deputado Colombino, já anunciamos o resultado e passamos para o item 10.

As Proposições nºs 047/93 e 073/93, tiveram sua discussão adiada.

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 047/93, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 371/92, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que institui sistema integrado de atendimento à Emergência-SIATE nas Rodovias Estaduais. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. **Adiada a discussão.**

OF/DTL/SAT nº 235/93

Curitiba, 03 de agosto de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 116/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 371/92, por julgá-lo contrário ao interesse público, porque o mesmo, pela forma ampla e genérica como está redigido, não apresenta as necessárias condições de exequibilidade e, ainda, por configurar aspectos de inconstitucionalidade, eis que demandaria recursos, financeiros não suportáveis pelas atuais dotações orçamentá-

rias.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Proj. de Lei nº 371/92 encontra-se publicado no D.A. nº 168/92 de 24.11.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 047/93

P A R E C E R:

A proposição 047/93, veto apostado ao Projeto de Lei nº 371/92, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que institui o Sistema Integrado de Atendimento à Emergência-SIATE nas rodovias estaduais.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Por tais fatos, este relator considera a presente Proposição em perfeitas condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 28.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA DA PROPOSIÇÃO Nº 073/93, VETO apostado ao Projeto de 370/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que institui normas para venda de óleos combustíveis em lojas, supermercados, etc. e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. **Adiada a discussão.**

OF/DTL/SAT nº 270/93

Curitiba, 21 de setembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 260/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 370/92, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo a adequação dos estabelecimentos comerciais que comercializem óleos combustíveis às normas estabelecidas para proteção do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

A negativa de sanção ao projeto de lei em causa decorre de pronunciamento dos órgãos técnicos do Poder Executivo, os quais se posicionaram contrariamente à medida.

O Instituto Ambiental do Paraná, órgão

da Secretaria do Meio Ambiente, analisando o assunto, asseverou:

..."o que pode sentir com a proposta de lei, é principalmente a preocupação da concorrência de casas comerciais com os postos de gasolina, visto a queda na prestação de serviço pelo segundo, com a diminuição nas vendas de óleos lubrificantes, tentando-se dessa maneira mascarar tal situação com a preocupação da poluição ambiental, gerada pela troca, em locais não apropriados.

Sendo assim, somos de parecer que para solucionar tal impasse, não é necessário a criação de mais uma lei, a qual iria sobrecarregar o Órgão Ambiental, desviando a preocupação do mesmo para o atendimento de problemas mais graves e representativos, em termos de controle ambiental, bastando para isso a normatização da comercialização, pelo próprio Conselho Nacional de Petróleo".

Por outro lado o Secretário Especial da Indústria e do Comércio, que também analisou a matéria, pronunciou-se dizendo: "...1) No artigo 1º e demais, quando há referência a óleos combustíveis, nos parece que o legislador está preocupado com a venda de óleos lubrificantes e o destino final destes produtos após o seu uso (vida útil vencida), comumente conhecido como 'óleo queimado'.

2) Por outro lado, se a intenção fosse legislar sobre óleos combustíveis, cabe enaltecer dois aspectos:

a) Já existe legislação sobre transporte e armazenamento de óleos combustíveis, inclusive acarretando penalizações quando acontecem acidentes que afetam o meio ambiente.

b) Neste caso, o artigo 2º não teria sentido, pois exige a construção de rampas ou elevadores e local para armazenar o 'óleo queimado'.

3) A preocupação do legislador tem sentido em relação à proteção do meio ambiente, uma vez que a compra deste produto (óleo lubrificante) em ponto comercial que não oferece o serviço de troca, não garantirá o correto destino final do 'óleo queimado'.

4) Também não é justo proibir a venda deste produto em pontos comerciais que não tenham sistema de troca, pois existem consumidores que possuem em suas empresas locais apropriados para executar este serviço..."

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

(O Proj. de Lei nº 370/92, encontra-se publicado no D.A. nº 168/92, de 24.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 073/93

PROJETO DE LEI Nº 370/93

P A R E C E R:

Analisando o Veto Governamental em epígrafe, sob todos os seus aspectos, o mesmo encontra-se em perfeitas condições para ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Sessões, em 19.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Passaremos ao restante da matéria.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 399/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/93, que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 150 cargos em comissão, com a denominação de Assistente de Segurança Pública e Simbologia 9-C. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. CONTRÁRIO da C.S.P..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02 (duas) sessões, do Projeto de Lei nº 399/93, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 399/93.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Antônio Annibelli) - Retiro-me da 1ª Secretaria e um Secretário que assuma, porque não é minha função estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Solicito ao Deputado Arlindo Troian que faça a 1ª Secretaria da Mesa.

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 602/93, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha), que declara de Utilidade Pública o Movimento de Defesa dos Favelados com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 608/93, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública o Lar São José de Guaíra, com sede e foro no Município de Guaíra-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 610/93,

de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Nova Santa Rosa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 4328 de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 4329, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 4330, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs. 4331, 4333 e 4334, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs. 4337 e 4338, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 4339, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs. 4340 a 4351, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs. 4355 a 4372, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs. 4373 a 4381, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs. 4382 a 4392, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 4393, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs. 4397 a 4405, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 4406, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César,

Curitiba, terça, em 09.11.93

constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs. 4408, 4409 e 4414 a 4416, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs. 4292 e 4293, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 4294, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 4417, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 4418, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 4289, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 4352, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 4353, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs. 4410 a 4413, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 10, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 416, 439, 494, 497, 498, 509, 553, 569, 580/93, e do Projeto de Resolução nº 022/93.

Marca ainda uma Sessão Solene em comemoração aos 40 anos da Fundação PETROBRÁS, a realizar-se quarta-feira, dia 10, às 09:00 horas.

Levanta-se a sessão.